ÍNDICE

1 - ORGÃOS SOCIAIS 01

2 – CAPITAL SOCIAL 02

3 – PRINCIPAIS INDICADORES 03

4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE 04

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 08

5.1. – INTERNACIONAL 08
5.2. – NACIONAL 09

6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2012 14

7 - ACTIVIDADE COMERCIAL 16

7.1 – RECURSOS 16
7.2 – CRÉDITO 17

8 - OUTRAS ACTIVIDADES 21

8.1 – RECURSOS HUMANOS 21
8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL 23
8.3 – GESTÃO DE RISCOS 29
8.4 – COMPLIANCE 31
8.5 – AUDITORIA E INSPECÇÃO 31
8.6 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO 32
8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO 32
8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 34
8.9 – MEIOS E CANAIS 36
8.10 – ÁREA JURIDICA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO 40
8.11 – SUPORTE OPERACIONAL 40

9 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA 45

9.1 – Evolução do Balanço 45
9.2 – Contas de Resultados 50
9.3 – Análise de Rácios 53
9.4 – Rácios Prudenciais 53

10 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 55

11 – LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2011 56

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL A 31/12/2011 58

ANEXOS 61

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia-Geral do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 31 de Março de 2009, elegeu, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os seguintes membros para integrarem os Órgãos Sociais:

Assembleia-Geral

Presidente**: Dr. Amaro Alexandre da Luz** (em *representação do Estado de Cabo Verde)*
Vice-Presidente**: Dr. David Hopffer Almada**
Secretário: **Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro**

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

Presidente	**Dr. António Joaquim de Sousa** (Em representação da Caixa Geral de Depósitos)
Administrador	**Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda**
Administrador	**Dr. Paulo António Arsénio Lopes**
Administrador	**Dr. João Manuel Tubal Gonçalves**
Administrador	**Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes**

Conselho Fiscal

Deloitte & Associados, SROC S.A. (Na *qualidade de fiscal único)*
Fiscal Único Suplente – A indicar pela **Deloitte** & **Associados, SROC S.A.**

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos:

Dr. António Joaquim de Sousa – Presidente
Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda
Dr. Paulo António Arsénio Lopes

2 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000 (mil trezentos e vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e **em 31/12/2011** era detido pelos accionistas constantes do quadro seguinte, sendo que apenas o Agrupamento Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico, a Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA e o Estado de Cabo-Verde detinham participações qualificadas:

Capital Social a 31/12/2011

Accionista	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	697.446.000	52,65%
GARANTIA	165.826.000	12,52%
ESTADO	132.476.000	10,00%
TRABALHADORES	33.519.000	2,53%
OUTROS ACCIONISTAS	295.498.000	22,31%
TOTAL	**1.324.765.000**	**100,00%**

3 - PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variáveis	Unid.	2010	2011	Variação
BALANÇO				
Activo Total	contos	65.504.465	67.302.837	2,7%
Crédito Total Liquido	contos	37.781.093	41.671.974	10,3%
Passivo	contos	62.663.068	64.281.524	2,6%
Recursos De Clientes	contos	55.660.995	56.459.611	1,4%
Situação Liquida	contos	2.841.398	3.021.313	6,3%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	contos	2.464.649	2.412.402	-2,1%
+Margem Complementar	contos	836.474	816.758	-2,4%
=Produto Bancário	contos	3.301.123	3.229.161	-2,2%
-Custos Administrativos	contos	1.998.492	2.028.860	1,5%
=Cash-Flow de Exploração	contos	1.302.631	1.200.301	-7,9%
+ Resultados de Filiais Excluidas Cons. Assoc.	contos	29.380	34.334	16,9%
-Amortizações do Exercício	contos	167.004	187.531	12,3%
-Imparidade Líquidas do Exercício	contos	331.443	416.759	25,7%
-Impostos s/Lucros	contos	132.295	93.596	-29,3%
=Resultados Líquidos do Exercício	contos	701.268	536.749	-23,5%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	6,5%	10,3%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	4,3%	8,6%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	104,4%	68,6%	
Crédito Clientes/Depósitos	%	68,7%	75,6%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	24,7%	17,8%	
Resultado Líquido/Activo (ROA)	%	1,1%	0,8%	
Rácio Solvabilidade	%	12,77%	11,69%	
FUNCIONAMENTO				
C. Operativos/ Prod. Bancário (Cost-to-Income)	%	65,6%	68,6%	
Activo Total /Total Empregado no Activo	contos	146.871	152.269	3,7%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo	contos	198.918	212.397	6,8%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Agências	contos	2.861.849	2.933.728	2,5%
Número Empregados Activos Totais	un.	446	442	-0,9%
Número Empregados Activos do Quadro	un.	361	411	13,9%
Número de Agências	un.	31	32	3,2%
Número de Balcões	un.	32	33	3,1%

4 - MENSAGEM DO PRESIDENTE
(Dr. A. Joaquim de Sousa)

Em 2011 a economia mundial continuou a expandir-se, ainda que se tenha registado um preocupante abrandamento da actividade económica no segundo semestre do ano. A Zona Euro ficou marcada pelo agravamento da crise da divida soberana em alguns países, acentuando-se os receios sobre os impactos da reestruturação da dívida grega e da eventual propagação à situação das finanças públicas de outros estados membros, numa primeira fase com a Irlanda e Portugal a recorrerem aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia e do FMI e posteriormente com a probabilidade de contágio da crise às economias espanhola e italiana e mesmo a outros países mais centrais, alargando os sintomas a outras geografias, para atém dos estados periféricos do sul.

Os EUA tiveram um bom desempenho da sua economia, sobretudo devido ao consumo e ao investimento, que permitiram uma evolução muito positiva do mercado de trabalho, com o desemprego a cair de forma assinalável e com os indicadores de confiança dos agentes económicos a evoluírem positivamente. Relativamente às outras zonas de influência, o bloco asiático, mostrou um comportamento interessante, não obstante as consequências da catástrofe ocorrida no Japão e a desaceleração, sentida no segundo semestre, do ritmo de crescimento da China e os outros mercados emergentes (Índia, Rússia e Brasil), continuaram com performances dignas de realce e expectativas de crescimento muito promissoras, apesar do arrefecimento ocorrido na economia brasileira nos últimos meses do ano. Quanto à África, com uma taxa de crescimento do produto interno no limiar dos 5%, não terá defraudado as expectativas, assistindo-se ao reforço do posicionamento geoestratégico de alguns países com economias mais robustas, mas também a uma continuada instabilidade política que parece não ter fim, em algumas das suas regiões.

Com muitos dos seus parceiros comerciais tradicionais a sentirem enormes dificuldades internas, a economia cabo-verdiana teria de ressentir-se deste facto. Perante este cenário de conjuntura, o comportamento dos indicadores de desempenho da economia divulgados pelo BCV, evidencia uma capacidade de resiliência positiva, bem traduzida num crescimento do PIB de cerca de 5% e de um deficit orçamental abaixo do previsto, que permite perspectivar uma resposta, aos desafios que todos os agentes económicos terão de enfrentar, compatível com os níveis de eficiência e competitividade capazes de garantirem a sustentabilidade do crescimento da economia e do bem-estar social.

Sendo o BCA uma referência do sistema financeiro em Cabo Verde, tudo quanto se passa na economia tem reflexos directos no Banco.

A percepção da necessidade de ajustar a estratégia e dinâmica interna de desenvolvimento do Banco, à realidade do mercado, com as constantes e sucessivas alterações de contexto, é um desafio muito exigente que obriga ao envolvimento e empenhamento de toda a estrutura. Novos problemas terão que ter novas soluções e, fundamentalmente, novas atitudes e comportamentos.

Consciente da importância do factor humano, ainda mais reforçada nos momentos adversos, enquanto variável de vantagem competitiva determinante, o Banco reforçou a área de gestão dos recursos humanos, com o claro objectivo de desenvolver um projecto de valorização do desempenho, reconhecimento do mérito e do talento, tendo como desiderato a definição de um novo enquadramento da política de carreiras e promoções que sirva de estímulo à motivação e dedicação dos seus colaboradores.

Em 2011, o BCA continuou com o seu programa de investimentos na requalificação e renovação das suas Agências, praticamente em todas as Ilhas, tendo em vista a melhoria das condições de atendimento dos nossos clientes e a dotação dos balcões de lay-out e tecnologia moderna, compatíveis com as elevadas exigências da actividade bancária.

Na consolidação da sua aposta na banca de relações, assumindo o primado do cliente no epicentro das suas preocupações e orientações, o BCA manteve um claro enfoque na oferta de produtos e serviços inovadores, capazes de satisfazerem as expectativas dos nossos clientes. Na mesma óptica, a direcção de meios e canais continua muito activa no seu propósito de promover novas formas de contacto com os clientes, para dinamizar a actividade comercial mas, também para compreender as preocupações das pessoas na sua relação com o Banco, de forma a, agindo, se evitar constrangimentos e prevenir situações embaraçosas.

Com a conjuntura económica desfavorável, dificilmente a carteira de Crédito do Banco podia ficar imune às dificuldades sentidas pelos seus clientes, empresas e particulares. Assim não surpreende que o crédito vencido tenha tido um crescimento significativo no ano transacto, sendo contudo de realçar que um número muito reduzido de empresas, com operações que vêm a ser geridas há já alguns anos, contribuiu de uma forma determinante para o agravamento do rácio em questão. Neste contexto e não obstante a boa cobertura de garantias reais, o Banco viu-se na obrigação de

reforçar significativamente as Imparidades sobre os créditos, por questões prudenciais e de transparência.

Assim, o BCA fecha o ano de 2011, com um Resultado Liquido da ordem dos 537 mil contos, correspondente a uma quebra ligeiramente superior a 20% face ao ano anterior, devendo salientar-se o reforço das Imparidades em 152 mil contos, montante equivalente à variação absoluta dos resultados de 2010 para 2011.

Na actividade corrente, importará registar que o BCA continuou a ser o principal financiador da economia cabo-verdiana, com um crescimento do Crédito Global de 10,7%, evidenciando o segmento das empresas com 16,7%, contra os 8,1% nos particulares. Estrategicamente, procurou-se inverter uma tendência, focalizando-se o crédito mais nas empresas e no curto prazo e não tanto nos particulares no longo prazo, quer por questões de risco como e também de gestão de liquidez.

Nos Depósitos, assistiu-se a um crescimento de cerca de 1,6%, com uma quebra nos Recursos à Ordem, que encontra justificação nas dificuldades de tesouraria das empresas e na racionalização e centralização de depósitos pelo Sector Público Estatal. Importará salientar o comportamento muito positivo dos Depósitos a Prazo, com crescimento superior a 5%, sem que o Banco tenha entrado na luta desenfreada pela conquista de recursos no mercado, e bem revelador do índice de fidelização da diáspora à Marca BCA, facto que registamos com muito agrado e igual sentido de responsabilidade para não defraudar, antes reforçar, os níveis de confiança existentes.

Apesar de uma redução, o Rácio de Solvabilidade do Banco mantém-se superior a 11,5%, muito acima dos 10% exigidos, o que revela bem a consistência da estrutura patrimonial e financeira do BCA.

No ano transacto, o BCA continuou a assumir plenamente a sua responsabilidade social e corporativa, envolvendo-se em causas, patrocinando as mais diversas iniciativas e promovendo práticas internas, entre outras, orientadas para a sustentabilidade. Como marco importante, refira-se a abertura de mais uma Mediateca, agora na Ilha do Sal.

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento e reconhecimento a todos os Accionistas, ao Banco de Cabo Verde, à Auditora Geral do Mercado e Valores Mobiliários, à Bolsa de Valores, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo, pela disponibilidade e prestigiosa contribuição no acompanhamento da gestão corrente do Banco.

Àqueles que são a razão fundamental da nossa existência, os nossos Clientes, agradecemos sensibilizados o privilégio que nos concedem e reiteramos o compromisso de tudo fazer para continuar a merecer a sua confiança e preferência, com base numa relação de parceria duradoura, sustentada na ética, transparência e respeito mútuo.

A todos os Colaboradores do BCA que dão todos os dias, dia a dia, o melhor de si em prol do engrandecimento da instituição que servem, o Conselho de Administração deseja manifestar o seu apreço e reconhecimento pela forma como sentem e vivem o Banco e deixar uma palavra de incentivo e encorajamento para enfrentarem as adversidades que nos esperam, plenamente confiante que eles serão os grandes obreiros na construção do futuro do BCA.

Como sempre, em 2012 mantemos a ambição de fazer do BCA o melhor Banco de Cabo Verde, conforme Missão que assumimos e honraremos, com orgulho.

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

5.1 – INTERNACIONAL

O ano de 2011 revelou-se um período de expectativas defraudadas, devido à desaceleração da actividade económica internacional, conforme mostram os indicadores do quadro seguinte:

Evolução dos Indicadores

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Economia Avançada	**3,1%**	**4,0%**	**1,6%**	**2,6%**	**8,3%**	**7,9%**
EUA	3,0%	1,8%	1,6%	3,1%	9,6%	8,2%
Zona Euro	**1,9%**	**1,5%**	**1,6%**	**2,7%**	**10,1%**	**10,0%**
Alemanha	3,7%	3,0%	1,2%	2,5%	7,1%	6,1%
Japão	4,1%	-0,4%	-0,7%	-0,2%	5,1%	4,9%
Economia Emergente	**7,3%**	**6,4%**	**6,1%**	**7,5%**	**N/D**	**N/D**
Brasil	7,5%	2,9%	5,9%	6,5%	6,7%	6,0%
Russia	4,0%	4,3%	6,9%	8,5%	7,5%	6,7%
Ásia Emergente	9,2%	7,7%	3,4%	5,7%	3,5%	3,4%
India	8,0%	8,5%	12,0%	10,6%	N/D	N/D
China	10,3%	9,2%	3,3%	5,3%	4,1%	4,0%
Àfrica Sub-Sahariana	2,8%	3,0%	7,5%	8,4%	N/D	N/D

Fontes: RPM-BCV, OCDE, FMI, Comissão Europeia, Banco de Portugal

O efeito desfasado da alta de preços das matérias-primas, aliado à catástrofe no Japão em Março, fazia antever a probabilidade de algum arrefecimento temporário nos primeiros meses do ano. Essas perspectivas sofreram porém um revés acentuado desde o Verão, dada a intensificação da crise da dívida soberana europeia, aumentando-se assim as probabilidades de ruptura do projecto da moeda única. Contudo a economia mundial em 2011 voltou a expandir-se, embora a um ritmo muito inferior ao do ano anterior. Depois do primeiro semestre em que a actividade económica tinha registado um ritmo de crescimento aceitável, particularmente nos países emergentes, o segundo semestre ficou caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Os dados mais recentes para a **economia americana** revelaram melhoria no final de 2011, com destaque para a criação de 200 mil postos de trabalho em Dezembro, reduzindo a taxa de desemprego a 8,2% da população activa.

Na **Zona Euro**, o ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana e pela diminuição do indicador de confiança dos consumidores. **Portugal**, assinala-se o início do processo de ajustamento estrutural da sua economia pela redução significativa do défice orçamental, como por uma desalavancagem gradual do sector privado, incluindo o sector bancário. As projecções apontam para uma contracção da economia em 2011 e 2012, seguida de uma virtual estagnação em 2013. Em 2011, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 3,7% (1,4% em 2010). Este resultado traduz o aumento bastante acentuado do preço dos produtos energéticos e a alteração da taxa do IVA a partir de Janeiro de 2011.

A economia **Japonesa** reviu em baixa a sua previsão para o PIB do ano fiscal de 2011, uma contracção de -0,4%, face ao ano anterior. A desaceleração da actividade económica a nível internacional, e em particular a que decorre da instabilidade provocada pela crise da dívida soberana da Zona Euro, a par da tendência de apreciação do iene, têm-se repercutido nas exportações do país.

O Produto Interno Bruto (PIB) da **China** cresceu 9,2% em 2011, segundo o Bureau Nacional de Estatísticas. O seu crescimento anualizado ultrapassou as previsões iniciais, que tinha fixado como meta um crescimento de 8%. Em 2010, a economia chinesa tinha crescido 10,3%.

Segundo o Relatório da ONU, o crescimento do continente **africano** poderá passar de 2,7% em 2011 para 5% em 2012. O avanço deverá ser impulsionado pelo preço ainda alto das commodities que os africanos exportam, e pela entrada de capitais, especialmente da Ásia, cuja demanda por matérias-primas e investimentos na África vai continuar a crescer.

5.2 – NACIONAL

5.2.1– Dados Gerais

Cabo Verde registou em 2011 um progressivo abrandamento da actividade económica em alguns sectores. De acordo com os indicadores de consumo e investimento, apurados pelo Banco de Cabo Verde, é visível uma tendência de abrandamento da procura interna devido à queda no consumo das famílias, quer em termos do consumo de bens não duradouros, quer de bens duradouros. No que tange ao investimento, com excepção dos materiais de transporte, o abrandamento tem sido também perceptível. Já o consumo público e as exportações de serviços, por via da evolução positiva do sector do turismo, mantêm um desempenho cada vez mais preponderante para o crescimento da economia.

As remessas de emigrantes cresceram 30,03% em termos homólogos. As remessas em divisas provenientes dos países da Zona Euro registaram um aumento de 41,8%, enquanto as oriundas dos Estados Unidos cresceram cerca de 15%.

Devido à melhoria da Balança Corrente e de Capital, as reservas internacionais líquidas do país registaram, em termos homólogos, um aumento de 2.377,3 (21,6 milhões de euros) no 4º trimestre, pese embora a perda acumulada das reservas externas terem ascendido a 34 milhões de euros. No final do ano em análise, as reservas externas garantiam 3,2 meses de importação (4,2 meses em 2010).

Segue-se a evolução dos indicadores da economia nacional.

Indicadores Económicos Nacionais

RÚBRICAS	UNIDADES	PREV	
		2010	2011
PIB Real	%	5,6	[4 a 5]
Rácio Dívida Pública	% do PIB	73,4	80,3
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	83,5	85,4
Inflação	Média Anual	2,1%	4,5%
Desemprego	%	10,7	N/D
Invest. Directo Estrangeiro	Mil Cts	9.282	7.275
Massa Monetária	V.Anual %	4,7%	8,0%
Reservas Cambiais	Meses de Imp.	4,2	3,2
Remessas de Emigrantes	Mil Cts	10.334	13.438
Crédito à Economia	Variação	9,3%	9,0%

Fonte: OE 2012, BCV, MJEDRH e INE

O IDE - investimento Directo Estrangeiro situou-se em 7.274,7 milhões de escudos em 2011, representando uma redução de 21,6%, relativamente ao ano anterior.

A inflação registou em 2011 uma taxa de variação média de 4,5%, bastante acima dos 2,1% de 2010.

A evolução desfavorável da Balança de Pagamentos, aliada à persistência de sérios problemas financeiros a nível internacional, em particular na zona euro, levou o Banco de Cabo Verde a ajustar a sua política monetária, com vista a garantir uma maior estabilidade do sistema financeiro e cambial. De entre estas medidas destaca-se o aumento em dois p.p. do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), subindo para 18%, e o aumento da taxa directora em 150 pontos base, passando de 4,25% para 5,75%.

Segundo o INE, o indicador de clima do ambiente económico ascende a dois (2), nível muito abaixo da média da série dos últimos anos que se situava nos cinco (5). Este diagnóstico conjuntural resulta da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários da construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora, transportes e serviços auxiliares aos transportes.

Para o FMI - Fundo Monetário Internacional, as autoridades cabo-verdianas adoptaram políticas macroeconómicas mais restritivas no segundo semestre de 2011, face aos riscos para a estabilidade macroeconómica decorrentes da subida dos preços internacionais das matérias-primas e da crise da dívida soberana europeia.

Cabo Verde ocupa, em 2011, o 66º lugar no ranking das economias mais livres do mundo, revelou uma pesquisa anual da Heritage Foundation, consultora norte-americana que avalia a reputação de cada nação nesta matéria, em parceira com o Wall Street Journal, pese embora ter descido 1.1 pp em relação ao ano anterior. Cabo Verde cresceu nas categorias "condições monetárias" (+ 1,3) e "investimentos" (+5pp), mas caiu nos "gastos públicos" (-9,2), "ambiente para negócios" (-5,8), "liberdade de trabalho" (-1,5) e "ambiente do comércio" (-0,7), sendo que nas demais categorias manteve-se estável. O documento reconhece também que a forte performance económica reflecte o empenho de Cabo Verde para a reforma, sublinhando que "em muitos critérios da liberdade económica", o arquipélago alcançou pontuação "acima da média mundial".

5.2.2 – Sistema Financeiro

O ano de 2011 foi rico em publicações de Avisos e Legislações, dos quais salientamos os seguintes:

⇒ Aviso nº1/2011, que autoriza a constituição de uma Sociedade de Gestão Financeira, denominada NOVAGUEST, S.A., com o capital social inicial de 8.000.000$00 (oito milhões de escudos);

⇒ Aviso nº2/2011 que veio estabelecer novas condições e princípios de regulação do processo de abertura de contas de depósito bancário, procurando, por um lado, dotar de uma maior segurança jurídica a relação entre as instituições bancárias e os seus clientes e, por outro, salvaguardar os interesses dos clientes e do próprio sistema financeiro nacional.

⇒ Aviso nº 4/2011, que regula o risco de taxa de juro na carteira bancária, com o objectivo de avaliar o impacto da variação da taxa de juro sobre a margem financeira e a situação líquida.

⇒ Decreto Legislativo nº 1/2011, que cria e regulamenta o Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde - CIN, define as regras a que obedece a instalação e funcionamento dos operadores económicos, que desenvolvam a sua actividade económica no âmbito do CIN, e determina os benefícios fiscais e não fiscais atribuídos;

⇒ Lei nº 4/VIII/2011 que altera a Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, sobre o Sistema Bancário e a Estrutura de Crédito;

⇒ Lei nº 11/VIII/2011 que altera as taxas de direitos aduaneiros, estabelecidas de acordo com os compromissos assumidos por Cabo Verde, através da lista CLXI, anexa ao protocolo de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC);

⇒ Decreto-Lei nº 12/2011, que confere validade e força executiva aos contratos de mútuo celebrados entre as instituições de micro -finanças e os beneficiários.

⇒ Decreto – Lei nº 13/ 2011 - regula a Constituição das Uniões e Federações das Instituições de Micro -Finanças.

⇒ Boletim Oficial nº 26 - publica o Aumento do Capital Social da Garantia;

⇒ Boletim Oficial nº 17, 3ª Série, 6 de Maio - publica os Estatutos da Promoleasing Sociedade de Locação Financeira;

⇒ Alteração do regime da constituição das DMC- Disponibilidades Mínimas de Caixa e facilidades permanentes de liquidez:

- Introdução do total dos depósitos do Sector Publico Administrativo na base de incidência do cálculo de DMC;
- Fixação de um montante máximo de mil milhões de contos para o acesso às operações de cedência de Liquidez;
- Fixação de taxas de cedências de fundos em função de montantes;
- Limitação das facilidades de cedência de fundos até dois dias antes do fecho do período de constituição de DMC.

5.2.3 – BCA no Sistema

A informação sobre o comportamento global do sector bancário, reportada ao final do ano de 2011, ainda não foi disponibilizada.

Contudo, por aquilo que já se conhece e pela extrapolação possível, julgamos poder afirmar que o BCA, com o crescimento que registou nos Depósitos e no Crédito, não terá tido grande oscilação das suas quotas de mercado, designadamente se ponderarmos apenas as operações da actividade corrente, mantendo, sem margem para dúvida, o estatuto do grande Banco de referência do Sistema Financeiro de Cabo Verde, com o correspondente contributo no apoio ao crescimento e desenvolvimento económico.

A referência do Banco, para além dos fluxos monetários, também tem tradução no desenvolvimento de novas metodologias de abordagem do negócio, na inovação de produtos e serviços e na responsabilidade social de contribuir para a bancarização da sociedade cabo-verdiana.

Em 2011, segundo dados da Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamento (SISP), o Sistema instalou 10 ATM's e 628 POS's, perfazendo um total de 151 e 2.613, respectivamente. O BCA fechou o ano de 2011 com 44 máquinas ATM activas na rede Vinti4, mais 10% que o ano anterior, o que equivale a uma quota de mercado de 29,1% (28,4% em 2010).

Por outro lado, em 2011, o BCA emitiu 33.882 novos cartões de Débito Vinti4, um aumento de +6,8% relativamente ao ano anterior, contra a emissão de 75.169 cartões de débitos do sistema financeiro. O BCA continua a liderar o sistema em termos de cartões, tendo atingido uma quota de mercado de 45%, um aumento de +16% relativamente ao ano anterior.

CARTÕES EMITIDOS
2009/2010/2011

Unidades

RUBRICAS	2009	2010	2011
Cartões Débito "Vinti4"	28.617	31.733	33.882
Cartões Crédito "VISA"	751	1.986	1.895
TOTAL	**29.368**	**33.719**	**35.777**

A utilização dos cartões VISA registou um crescimento significativo tanto a nível do volume como dos montantes das transacções realizadas, representando 66% e 74 % respectivamente. Destaca-se no entanto que o maior aumento se refere ao segmento das Transacções Internacionais, que contribuiu com 106% e 65,8% do total do volume das transacções e do montante realizados em 2011, respectivamente.

6 - VISÃO ESTRATÉGICA 2012

1. Tendo como referência o enquadramento das grandes Linhas Orientadoras para o ano de 2012 traçado pelo Conselho de Administração, e corporizando o sentido da Missão do BCA que ambiciona ser o maior e melhor Banco do Sistema Financeiro Cabo-verdiano foi dado especial ênfase ao reforço e desenvolvimento dos seguintes objectivos estratégicos:

⇒ Promoção do Capital Humano

Esta premissa será sustentada num forte investimento na capacitação, formação, modernização do capital humano e *a implementação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários e alteração do sistema de avaliação de Desempenho* com reflexos na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

⇒ Risco operacional e controlo interno (ROCI)

Aprofundar e executar os conceitos inerentes ao Projecto ROCI (Risco Operacional e Controlo Interno), de forma a minimizar a probabilidade de ocorrência de prejuízos resultantes da utilização de práticas, processos e procedimentos pouco aconselháveis. Este é um projecto transversal a todas as Direcções do Banco e irá promover condições para um significativo aumento da eficiência dos métodos de trabalho e circuitos administrativos, com ganhos efectivos para a estrutura e, consequentemente, para os Resultados do Banco.

⇒ Melhoria da Qualidade da Carteira de Crédito

A melhoria da qualidade da carteira de crédito passa pela redução do valor absoluto dos créditos em incumprimento e deverá estar sustentada numa política comercial e creditícia dinâmica, criteriosa e clara e um acompanhamento mais eficaz e eficiente da carteira de crédito. Importa

manter comportamentos prudenciais no que respeita aos riscos comerciais, cambiais, de mercado e eventuais outros, com impacto directo no Balanço.

⇒ Consolidação da carteira de recursos

A consolidação e o crescimento da carteira de Depósitos do Banco são prioridades de maior relevo, sem a qual não se poderá de forma sustentável, e na medida do desejável, dar continuidade ao desenvolvimento de negócios, consubstanciado no apoio aos projectos das Famílias, Empresas e Entidades Públicas. Neste contexto, a relação com a Diáspora é uma preocupação permanente, devendo ser desenvolvidos canais de comunicação e aproximação mais fluentes, para se marcar sempre presença, onde e como os Emigrantes entenderem ser mais ajustado aos seus interesses e expectativas.

⇒ Eficiência e produtividade

Num Mercado cada vez mais competitivo e concorrencial, os preços dos Produtos e Serviços oferecidos tendem a ser nivelados por baixo, pelo que a manutenção de Resultados de forma sustentável só será possível com uma gestão muito criteriosa da estrutura de Custos, sendo a racionalização, produtividade e eficiência assumidos como preocupação diária, com prática corrente de combate ao despesismo e desperdício.

7 - ACTIVIDADE COMERCIAL

7.1. – RECURSOS

Em 2011, o BCA continuou sendo líder em Notoriedade de Marca no sector bancário e, pelo segundo ano consecutivo, foi eleito pela maioria dos cabo-verdianos, através de um estudo independente da Afrosondagem, a Marca de **Confiança** dos cabo-verdianos no sector financeiro. A Marca BCA ao longo de 2011 ficou também conotada com a Sustentabilidade Social e Ambiental, banco que valoriza a cultura nacional e apoia causas que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país.

O BCA manteve a política de expansão com a abertura de mais uma Agência, na Achada São Filipe - Cidade da Praia. Assim, terminou o ano de 2011 com um total de 33 balcões (28 Agências e 5 prolongamentos), cobrindo todas as Ilhas e quase todos os Concelhos do Arquipélago.

O saldo dos Recursos de Clientes, que inclui os Depósitos de Clientes, as Obrigações no mercado secundário e os Juros a pagar dos depósitos, ascende a 56,4 milhões de contos, apresentando um crescimento de 1,4% em relação a Dez10. O comportamento dos Depósitos à Ordem foi o que contribuiu para esse ténue crescimento dos recursos, apesar da qualidade de serviço e do atendimento, e do reforço da nossa relação com os clientes.

Os Depósitos de clientes cresceram 1,6%, com o segmento Depósitos a Prazo e de Poupança a evoluirem 6,2% e 0,9%. Os Depósitos de Clientes são na sua maioria pertencentes a Particulares 82,7% (80,7% em Dez 10) que cresceram 4,2%, contra uma diminuição de 8,9% das empresas. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 49,7% do total da carteira de depósitos do BCA e os Depósitos a Prazo deste segmento atingem 70,7% do total de Depósitos a Prazo do Banco.

As operações de Obrigações de Tesouro repassadas aos clientes no mercado secundário continuam a ter um peso significativo nos recursos de clientes (4,1%), tendo-se fechado o ano com um saldo de 2.299 mil contos.

O quadro que se segue ilustra o que foi dito:

RECURSOS DE CLIENTES

(mil cts)

Rúbricas	2010	2011	Variação Absol.	Variação Relat.
Depósitos	**52.603**	**53.469**	**867**	**1,6%**
A Ordem	22.023	21.175	-847	-3,8%
A Prazo	27.103	28.786	1.683	6,2%
De Poupança	3.476	3.508	32	0,9%
Juros a pagar de Depósitos	**585**	**618**	**33**	**5,7%**
Títulos Mercado Secundário	**2.438**	**2.299**	**-139**	**-5,7%**
Outros Recursos de Clientes	**36**	**74**	**38**	**103,4%**
RECURSOS DE CLIENTES	**55.661**	**56.460**	**799**	**1,4%**

7.2. – CREDITO

7.2.1 – Condicionantes da Actividade do Crédito

O ano de 2011 foi uma extensão do ano anterior no referente à conjuntura desfavorável em que se inseriu o ambiente de negócios. Tendo em conta a dependência de Cabo Verde do exterior, continuou-se a sentir, e de forma cada vez mais acentuada, os efeitos da crise económico-financeira internacional, a que veio juntar-se a crise das dívidas soberanas europeias e as suas consequências.

Com efeito, o ano de 2011 foi caracterizado pela desaceleração dos investimentos externos, privados e públicos, pelo pessimismo face ao sector imobiliário e pela diminuição dos fluxos de divisas; a contrastar esse contexto, registaram-se alguns sinais positivos no Turismo, cuja consistência muitos questionam, apontando-o como um desvio pontual de turistas do Norte de África, devido à insegurança causada pelos conflitos políticos vividos esse ano no Magrebe.

No fim de 2011 agravaram-se os efeitos da crise económico-financeira internacional e da crise das dívidas soberanas europeias sobre o país, com o Banco Central a emanar directrizes claras sobre a necessidade de conter o crédito à economia e ao consumo interno, em virtude da diminuição do nível de reservas nacionais em divisas, o que além de levantar muitas incertezas, expectativas e preocupações, indicia um ano 2012 muito difícil.

Em consequência do agravamento da crise internacional veio juntar-se a nossa habitual filosofia criteriosa, prudencial e rigorosa, na concessão de créditos, aliada a uma exigente análise das garantias recebidas. Tal envolvência condicionou fortemente a nossa actividade comercial e creditícia, com as empresas e os particulares a sofreram directamente os reflexos dessa recessão generalizada, perdendo a capacidade financeira de investir e/ou de honrar os seus compromissos.

O ambiente desfavorável para o negócio foi sentido em todas as ilhas, com destaque para as ilhas do Sal, S.Vicente, Sto Antão e S. Nicolau que continuaram a registar fracos níveis de investimento e dinamismo económico, com manutenção do tecido empresarial e algum movimento extra apenas em épocas específicas do ano, nomeadamente Carnaval, festas de romaria, férias de Verão dos emigrantes, festivais da Baía e do Mindelact e Fim do Ano.

7.2.2 – Análise do Crédito Concedido

Apesar da conjuntura económica desfavorável, o volume total do Crédito concedido em 2011, ou seja, de novas operações realizadas, atingiu ≈13,7 milhões de contos, inferior a 2010 em 2,7% (-385 mil contos), sendo que 55% do total concedido no ano destinou-se às empresas, conforme quadro que se segue:

Evolução do Crédito Concedido por Segmento

(mil cts)

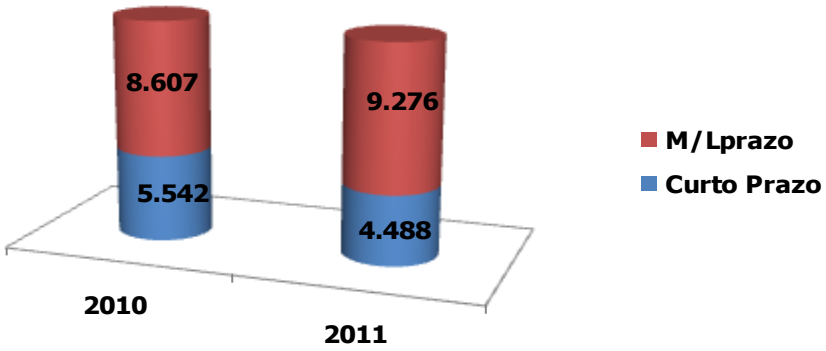
CRÉDITOS	2010	2011	Variação		Estrutura	
			Absol.	Relat.	2010	2011
Empresas	**8.069**	**7.573**	**-496**	**-6,1%**	**57,0%**	**55,0%**
Curto Prazo	4.458	3.663	-795	-17,8%	31,5%	26,6%
M/LPrazo	3.611	3.910	299	8,3%	25,5%	28,4%
Particulares	**6.080**	**6.191**	**111**	**1,8%**	**43,0%**	**45,0%**
Crédito à Habitação	3.128	2.849	-279	-8,9%	22,1%	20,7%
Crédito ao Consumo	2.952	3.342	389	13,2%	20,9%	24,3%
TOTAL	**14.149**	**13.764**	**-385**	**-2,7%**	**100,0%**	**100,0%**

O crédito concedido de curto prazo diminui 19%, provocado pela diminuição dos créditos para gestão das tesourarias às empresas, contra um aumento de 7,8% no segmento de m/longo prazo, apesar da diminuição no Crédito à Habitação que ascendeu a 2,8 milhões de contos, representando um decréscimo de -8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultante da desaceleração do sector da construção imobiliária.

Evolução do Crédito Concedido por Prazos

(mil cts)

CRÉDITOS	2010	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa
Curto Prazo	5.542	4.488	-1.054	-19,0%
M/Lprazo	8.607	9.276	669	7,8%
TOTAL	**14.149**	**13.764**	**-385**	**-2,7%**



7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo sem o titulado atingiu 36,2 milhões de contos, tendo apresentado um crescimento de 7,3% (2,4 milhões de contos) relativamente ao ano anterior. Esta evolução foi sustentada pelos acréscimos, tanto no segmento empresas como no de particulares, em 8,9% e 6%, respectivamente. Nas empresas destaca-se o Crédito de M/L Prazo, com uma taxa de crescimento de 9,5%, e nos particulares o Crédito à Habitação que cresceu 6%. Cerca de 36,5% do crédito vivo a clientes representa crédito à habitação, conforme indicado no quadro seguinte:

Carteira de Crédito Vivo por Entidade

(mil cts)

Entidades	Dez-10	Dez-11	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2010	2011
Empresas	**14.946**	**16.279**	**1.333**	**8,9%**	**39,4%**	**40,3%**
Curto Prazo	2.823	3.009	186	6,6%	7,4%	7,4%
M/LPrazo	12.123	13.270	1.147	9,5%	32,0%	32,8%
Particulares	**18.833**	**19.971**	**1.138**	**6,0%**	**49,7%**	**49,4%**
Crédito à Habitação	13.894	14.731	837	6,0%	36,6%	36,5%
Crédito Consumo	4.939	5.240	301	6,1%	13,0%	13,0%
Sub - Total	**33.779**	**36.250**	**2.471**	**7,3%**	**89,1%**	**89,7%**
Obrig. Publ. e Privadas	**4.238**	**4.208**	**-31**	**-0,7%**	**11,2%**	**10,4%**
Proveitos de Credito	**165**	**195**	**31**	**18,6%**	**0,4%**	**0,5%**
Receit.c/Rend.Diferido	**-266**	**-253**	**13**	**-4,8%**	**-0,7%**	**-0,6%**
CRÉDITO A CLIENTES	**37.916**	**40.400**	**2.484**	**6,6%**	**100,0%**	**100,0%**

A Carteira de Crédito Global a Clientes, incluindo o Crédito e Juros vencidos, os Proveitos a Receber, as Obrigações Públicas e Privadas, cresceu 6,6% face ao período homólogo.
Ao longo do ano houve um esforço acrescido na prevenção e recuperação de crédito em situação irregular, com vista à optimização da qualidade da nossa carteira de crédito, desafio que enfrentou sérios constrangimentos, tendo em conta a conjuntura altamente desfavorável, com o crédito mal parado a atingir 4,1 milhões de contos, o que representa um aumento de 78,1% em relação a 2010.

Apresentamos de seguida a evolução da Carteira de Crédito Global a Clientes nos dois últimos anos:

CARTEIRA DE CRÉDITO A CLIENTES

(mil cts)

Rubricas	Dez-10	Dez-11	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**33.779**	**36.250**	**2.471**	**7,3%**
Curto Prazo	3.700	3.744	44	1,2%
Médio e Longo Prazo	30.079	32.506	2.427	8,1%
Crédito e Juros Vencidos	**2.336**	**4.160**	**1.824**	**78,1%**
Obrig. Publicas e Privadas	**4.238**	**4.208**	**-31**	**-0,7%**
Proveitos de Credito	**165**	**195**	**31**	**18,6%**
Receitas c/Rendim. Diferido	**-266**	**-253**	**13**	**-4,7%**
CRÉDITO TOTAL	**40.252**	**44.560**	**4.308**	**10,7%**
M/Lprazo/Crédito Normal	**89,0%**	**89,7%**		

De seguida a evolução da Carteira de Crédito a Clientes Bruta por Entidade:

Carteira de Crédito Total por Entidade

(mil cts)

Entidades	Dez-10	Dez-11	Variação		Estrutura	
			Absol.	Relat.	2010	2011
Empresas	**15.980**	**18.651**	**2.671**	**16,7%**	**44,2%**	**46,2%**
Curto Prazo	3.087	3.282	195	6,3%	8,5%	8,1%
M/LPrazo	12.893	15.369	2.476	19,2%	35,7%	38,0%
Particulares	**20.135**	**21.759**	**1.624**	**8,1%**	**55,8%**	**53,8%**
Crédito à Habitação	14.597	15.822	1.225	8,4%	40,4%	39,2%
Crédito Consumo	5.538	5.936	399	7,2%	15,3%	14,7%
CRÉDITO A CLIENTES	**36.115**	**40.410**	**4.295**	**11,9%**	**100,0%**	**100,0%**

8 - OUTRAS ACTIVIDADES

8.1- RECURSOS HUMANOS

Em Dezembro11 o Quadro do Pessoal apresentava um total de 442 colaboradores no activo, sendo 411 do quadro efectivo e 31 contratados a termo certo.

Contava, ainda, com oito colaboradores em situação de licença sem vencimento e dois cuja relação laboral foi suspensa.

Durante o ano de 2011 foram admitidos quatro novos colaboradores e ocorreram quatro desvinculações (uma por iniciativa do banco e três por iniciativa dos colaboradores).

Cinco colaboradores passaram à situação de reformados, que atingiu um total de 112, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2010	2011		2010	2011
Quadro Perman.	361	411	Aposentados	107	112
Contratos a Prazo	85	31	Desvinculados/Indemn.	4	3
			Comissão Serviço	0	0
			Licença	10	8
			Ausência por Doença	1	1
			Ausência Outros Motivos	0	1
TOTAL	**446**	**442**	**TOTAL**	**122**	**125**

Relativamente ao Género, as Mulheres correspondiam a 63% e os Homens a 37% do total dos colaboradores no activo.

No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais, 37% dos colaboradores desempenhavam funções técnicas, 20% funções auxiliares e de apoio, 21% exerciam cargos de chefia, 13% eram Multifunções e 9% executavam funções administrativas.

Verifica-se um ligeiro aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, 33,9% do total do efectivo. Constata-se ainda que 34,6% dos colaboradores detinham o Ensino Secundário, 20,1% o Ensino Básico, 3,4% o Ensino Superior Politécnico e 7,9% o Ensino Técnico – Profissional.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	2010		2011	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	90	20,2%	89	20,1%
Ensino Secundário	154	34,5%	153	34,6%
Ensino Técnico Profissional	39	8,7%	35	7,9%
Ensino Superior Politécnico	16	3,6%	15	3,4%
Ensino Superior Universitário	147	33,0%	150	33,9%
TOTAL	**446**	**100%**	**442**	**100%**

8.1.1 – Formação e Capacitação Profissional

No decurso de 2011 o BCA investiu em 44 acções de formação, atingindo um total de 368 colaboradores, com uma carga horária total de 774 horas, sendo o custo global estimado em 4.574 contos.

De entre as acções realizadas merecem destaque, pela sua abrangência e pertinência no quadro da crise financeira que vem assolando o mundo e com particular realce a Zona Euro, ao qual o sistema financeiro cabo-verdiano está ancorado, as seguintes: Compliance e Lavagem de Capitais; Imparidade; Contabilidade e Análise Financeira; Central de Balanços; Normas Internacionais de Contabilidade; Fiscalidade; Controlo Interno e Auditoria e Excel Avançado.

Internamente (IN EMPRESA) foram realizadas 10 acções com uma participação de 247 colaboradores, totalizando 89 horas. Nessas acções participaram colaboradores de praticamente todas as Unidades Orgânicas.

No país (OUT EMPRESA) foram realizadas 31 acções, com uma carga horária de 625 horas e um custo de 4.174 contos. Essas acções abarcaram um total de 117 colaboradores. No que concerne às acções de formação no exterior, foram contemplados 4 colaboradores.

Ao longo do ano o Banco apoiou ainda em 740,2 contos vários colaboradores, através da comparticipação nas propinas de cursos de formação académica, nomeadamente Licenciaturas e Pós-Graduações.

Foram proporcionados quatro estágios, sendo um curricular a um colaborador e três a estagiários externos ao Banco. Os estagiários foram acolhidos pela Direcção Financeira e Internacional (dois), pelo Gabinete de Marketing e Relações Públicas (um) e pelo Gabinete de Recursos Humanos (um).

8.1.2 – Apoio Social aos Trabalhadores

Durante o ano de 2011 os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram no País de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, auditivas e estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

No âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – os colaboradores beneficiaram de 868 tratamentos (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares).

Ocorreram quatro evacuações de beneficiários do Sistema Privativo, tendo o Banco suportado, durante o ano, os custos referentes a cinco evacuados e um acompanhante (um dos beneficiários encontra-se evacuado desde 2007). Os custos com a assistência médico-medicamentosa ascenderam ao montante de 45 mil contos.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente para aquisição ou construção de habitação própria permanente e abonos fiscais.

Foram ainda concedidos adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários, reparações e benfeitorias de habitação e aquisição de viatura própria, tendo o montante global atingido no ano de 194,6 mil contos.

8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL

8.2.1 - Planeamento e Controlo Gestão e Contabilidade e Controlo

Em 2011 a Divisão de Planeamento e Controle de Gestão - DPG, trabalhou no sentido de melhorar cada vez mais a qualidade da informação de gestão fornecida à Comissão Executiva - CE do Banco.

Nesse sentido foi feito um grande esforço para a elaboração atempada das informações de gestão, e para a produção de informação estatística e prudencial enviada mensalmente ao Banco de Cabo Verde e à sede da Caixa Geral de Depósitos, principal accionista do Banco, para efeitos de consolidação.

A crise financeira internacional, e sobretudo a crise da divida soberana que alastrou por toda a zona euro e em Portugal em 2011, levou a um acréscimo da necessidade de produção das informações a serem prestadas ao accionista maioritário CGD para efeito de consolidação de contas e também ao Banco de Cabo-Verde como entidade Supervisora.

Durante o ano 2011 a Divisão de Contabilidade e Controle - DCC adoptou como linha de força a consolidação do Plano de Contas IAS, tendo trabalhado no sentido de se deixar de efectuar os movimentos nas contas do plano antigo – PCSB (Plano Contabilístico Sistema Bancário), passando todas as operações a serem processadas em NIRF/IAS (International Accounting Standards), que passou a estar a funcionar no seu pleno.

Foi feito um esforço acrescido para normalizar todas as reconciliações bancárias e de regularização dos movimentos em aberto, o que permitiu um melhor controlo dessas situações.

8.2.2 – Internacional

A internacionalização selectiva, como forma de cobrir os países de emigração dos cabo-verdianos, continuou a ser a componente orientadora da estratégia do banco para a área internacional.

Uma presença activa nos principais mercados da diáspora, com especial destaque para a Holanda em 2011, vem permitindo ao BCA um real conhecimento das necessidades e expectativas dos emigrantes, dando assim elementos para se posicionar como a melhor alternativa junto dos mesmos.

Com uma preocupação cada vez mais crescente em termos de melhoria da qualidade e eficiência dos serviços, o banco tem desenvolvido acordos preferenciais com outras instituições financeiras e privilegiado o uso crescente da vasta rede internacional da Caixa Geral de Depósitos para a realização das operações dos clientes nos mais variados mercados.

Tem-se também privilegiado o reforço de relações com as instituições do Grupo Caixa Geral de Depósitos, com destaque para a troca de experiências nas várias operações e produtos. Igualmente

para os restantes correspondentes procurou-se o estreitamento de relações, com vista à melhoria da qualidade dos serviços e a preços atractivos.

Relações com Bancos Correspondentes

O BCA possuiu uma rede de 30 correspondentes em 17 países. Estes cobrem variadas operações em moedas tais como EUR, USD, CHF, GBP, CAD, DKK, SEK, NOK, JPY, e ZAR.

A vasta rede tem permitido a melhoria constante das condições para a realização do negócio internacional, garantindo a cobertura dos principais mercados em tempo célere e a custos reduzidos. Assim, registou-se em 2011 um aumento da rede de correspondentes SWIFT, que passou de 221 para 225.

Foram ainda realizadas as seguintes actividades:

- ⇒ Iniciação das negociações para a reabertura de conta junto do correspondente ABN Amro Bank, na Holanda;
- ⇒ Operacionalização do serviço de Cash Letter junto do correspondente HSBC;

Relações com Outras Instituições

O BCA recebeu representantes e delegações de alguns organismos internacionais e bancos, a saber:

1. Agence Française de Développment (AFD)

No âmbito da 2ª Linha de Crédito e da implementação de uma Politica de Responsabilidade Social foi recebida uma delegação da AFD, acompanhada do Consultor responsável pelo acompanhamento aos Municípios. Foi ainda ministrada uma formação no âmbito da política de Responsabilidade Social a implementar pelo BCA.

2. Finance for Development - FMO

Banco holandês de desenvolvimento empresarial que tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável do sector privado através de parcerias, concessão de empréstimos e partilha de conhecimentos, reuniu-se com o BCA no sentido de apresentar a sua linha de *funding* e serviços de apoio ao investidor.

3. Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial

Com o objectivo de conhecer o sentimento dos bancos no que toca à evolução da economia e perspectivas futuras.

4. Millemiun BCP

Recebeu-se ainda uma delegação do Millemiun BCP, no âmbito de eventual parceria com o BCA.

5. Societé Generale

Com vista à abertura de uma eventual relação de *correspondent banking.*

8.2.3. Liquidez

Gestão da Liquidez

Pretendendo implementar medidas adequadas à redução dos diversos riscos, designadamente os riscos operacionais, financeiros e de *compliance*, elevando o controlo interno ao nível das melhores práticas internacionais, a gestão da liquidez (activos e passivos) pautou-se pelo cumprimento rigoroso das responsabilidades e pela rentabilização máxima das disponibilidades. Para tal recorreu-se aos mercados financeiros nacional e internacional, minimizando, contudo, os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

Manteve-se a aposta na correcta identificação das várias oportunidades de negócio, no rigoroso controlo dos activos líquidos e na aceleração do processo de transformação em divisas de notas estrangeiras captadas no país.

Durante o ano de 2011 a movimentação de divisas com o exterior teve uma evolução positiva. Do lado das entradas, registou-se uma variação positiva de 12,2% (3,3 milhões de contos) e as saídas variação também positiva de 12,1% (3,7 milhões de contos). O desfasamento entre as entradas e saídas levou à compra de divisas (Euros) junto do BCV, no montante total de 5,3 milhões de contos, representando um crescimento de 57,4% face ao ano transacto.

Entradas e Saidas Moedas Estrangeira

(mil cts)

	2010	2011	Var Abs	Var %
Entradas Estrangeiro	27.518	30.886	3.368	12,2%
Compra BCV	3.418	5.381	1.963	57,4%
Total entradas	**30.936**	**36.267**	**5.331**	**17,2%**
Saidas Estrangeiro	30.471	34.171	3.700	12,1%
Venda BCV	1.323	1.378	55	100,0%
Total Saidas	**31.794**	**35.549**	**3.755**	**11,8%**

As disponibilidades, tanto em CVE's como em divisas, permitiram a rentabilização dos mesmos, tanto no mercado nacional como internacional. A preferência por prazos curtos levou a aplicações de muito curto prazo no Mercado Interbancário Nacional e nos Correspondentes, em detrimento do Mercado de Capitais e Mercado Primário de Títulos (Públicos e Privados).

Aplicações e Juros

(mil cts)

	Aplicações			Juros		
	2010	2011	Variação	2010	2011	Variação
Mercado M. Nacional	68.545	59.485	-13,2%	342	294	-14,0%
Mercado Capitais	603	0	-100,0%	232	256	10,3%
Aplicações nos Corresp.	31.705	45.037	42,1%	6	7	16,7%
TOTAL	**100.853**	**104.522**	**3,6%**	**580**	**557**	**-4,0%**

Em termos globais, registou-se uma variação positiva de 3,6% (3,7 milhões de contos) face a 2010, por via do aumento das aplicações nos correspondentes.

Constata-se uma diminuição dos juros ganhos em cerca de 4,0% (23 mil contos) explicado pelas variações negativas dos valores aplicados no Mercado Monetário Nacional, cujas taxas são bastante superiores às taxas do mercado internacional.

De destacar a não aplicação no Mercado de Capitais, pois não chegou a efectivar-se nenhuma operação de Oferta Pública. No Mercado Monetário Nacional, a preferência por liquidez em CVE's levou a uma maior selectividade nas aplicações, com preferência por Títulos de Regulação Monetária.

(mil cts)

Rubricas	2010	2011	Abs.	Rel.
Aplicação TRM	16.400	12.875	-3.525	-21%
Aplicação TIM	50	180	130	260%
TOTAL	**16.450**	**13.055**	**-3.395**	**-21%**

No que se refere aos Títulos da Dívida Publica, a carteira apresentou uma diminuição de 34% face ao período homólogo (±CVE 1,8 milhões de contos) em face do vencimento de títulos em carteira não renovados.

Os montantes das aplicações do excedente de liquidez no final dos períodos de constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) junto do Banco Central de Cabo Verde (BCV) atingiram o global de 12,1 milhões de contos, representando uma variação negativa de 15,5% face ao ano anterior. Como consequência, os juros registaram uma variação negativa de 17,8%.

O excedente em ME aplicado junto dos correspondentes registou uma variação global positiva de 51,7%. No entanto as taxas médias ponderadas de EUR e USD acusaram variações contrárias, sendo que a do EUR foi positiva, passando de 0,40% para 0,61%, e a do USD negativa, passando de 0,59% para 0,27%, mas que, no entanto, continuaram muito abaixo das taxas do Monetário Nacional.

Em termos da posição cambial manteve-se o rigoroso controlo dos riscos associados. Assim, em 2011 os ganhos com a reavaliação atingiram 137,6 mil contos, representando um aumento de 1,17% face ao ano anterior, essencialmente devido às operações em USD.

8.2.4 – Mercado de Capitais

BCA - Intermediário Financeiro

Face a algum abrandamento no ritmo de crescimento no Mercado de Capitais registou-se um desaceleramento em 2011, sendo que apenas se concretizaram operações de títulos de dívida do Estado no Mercado Primário.

No mercado secundário registou-se algum dinamismo, o que permitiu à BVC uma capitalização Bolsista de 22,6 milhões de contos. Foi negociado no mercado secundário cerca de 737,89 mil contos.

As Acções do BCA na Bolsa

Com 699.765 acções admitidas à cotação, o preço de fecho de 2011 ficou muito acima da cotação de 2010, com uma valorização de 32,2%.

Da análise dos valores máximos e mínimos constata-se que os primeiros foram superiores aos de 2010 (variação positiva de 10%) e os últimos inferiores em 2%.

O volume de negócios das acções do BCA atingiu 42,8 mil contos, acusando um crescimento de 32% face ao ano transacto.

Obrigações Subordinadas do BCA na Bolsa

Em 2010, o BCA procedeu à emissão de 500 mil obrigações subordinadas, ao preço de 1.000 escudos cada, com o objectivo de reforçar os Fundos Próprios do Banco e assim sustentar o crescimento da instituição e responder ao financiamento, de forma individual ou em sindicato bancário, de grandes projectos de investimento, quer públicos quer privados, previstos para a continuação do programa de infra-estruturação do país.
Neste primeiro ano, o volume de transacções atingiu 4 mil contos, representando 1% do volume de transacções do mercado secundário da Bolsa.

8.3 – GESTÃO DE RISCOS

8.3.1 – Risco de Crédito

Do ponto de vista do Risco de Crédito, vale realçar que a emissão de pareceres de risco sobre operações concretas elaboradas pela área comercial constitui um utensílio valioso na identificação, avaliação e monitorização dos riscos inerentes, contribuindo de forma decisiva para a tomada de decisão.
Foi realizado ao longo de 2011, para melhor controlo do risco de crédito, um acompanhamento mensal dos clientes/entidade com maiores exposições na carteira (Top 50), assim como as perdas por imparidade que lhes estavam associadas, sem descurar o limite de concentração de risco num único cliente, conforme estipulado pelo Órgão Supervisor.

Efectuaram-se análises mensais e trimestrais sobre as perdas por imparidades, segmentadas por diversos itens, de forma a perceber qual o comportamento, dinâmica e tendência da carteira de crédito, assim como os riscos implícitos.

Naturalmente que não se descurou o acompanhamento do Crédito Vencido, sobretudo numa conjuntura de crise em que os efeitos perniciosos na capacidade das contrapartes cumprirem o plano financeiro são mais sentidos.

Objectivando reflectir o comportamento/evolução da carteira de crédito no cálculo das perdas por imparidade, em Dez11 procedeu-se à actualização dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade, nomeadamente Probabilidades de Indícios (PI's), Probabilidades de Default (PD's) e Loss Given Default (LGD's).

O ano de 2011 fica marcado pela implementação da Central de Balanço e Rating, instrumento essencial para a melhoria da análise de risco de crédito, e que vai permitir adequar melhor o pricing ao perfil de risco das diferentes entidades, em particular as empresas. A entrada em pleno da produção se verificará em 2012.

8.3.2 – Risco de Mercado e Liquidez

A gestão dos Riscos de Mercado e Liquidez continuaram a ganhar relevância no BCA, num ambiente económico cada vez mais adverso. Nesse sentido, em 2011 melhorou-se a qualidade da informação prestada, principalmente no que concerne à gestão do risco de liquidez.

A introdução da análise trimestral dos Gap´s de Liquidez, construídos a partir da diferença entre os activos e passivos por prazos residuais de maturidade, e a introdução de um acompanhamento mais apertado da evolução dos maiores saldos de Depósitos à Ordem e a Prazo melhoram consideravelmente a monitorização de potenciais fontes de risco de liquidez.

Além disso, o relatório mensal de acompanhamento dos depósitos conheceu algumas melhorias, e foram elaborados alguns estudos com o intuito de conhecer melhor a composição e a dinâmica de funcionamento desses importantes recursos que condicionam toda a actividade do Banco.

No que concerne aos riscos de mercado, a introdução do relatório de acompanhamento do Value-at-risk (VaR), calculado pela CGD, e a definição de limites nas posições cambiais contribuíram para melhorar significativamente a monitorização e o controlo do risco cambial, reforçando o acompanhamento desse risco, que vinha sendo feito através do relatório mensal implementado no ano anterior.

A gestão do risco de taxa de juro continuou a merecer atenção especial, reflectindo-se numa melhoria da qualidade da informação prestada no relatório mensal de acompanhamento da carteira com taxa variável e dos indexantes, bem como na elaboração pontual de análises à carteira com taxa fixa.

O ano de 2011 marcou também o inicio dos trabalhos de investigação no sentido de produzir um mapa de reprincig gap que irá contribuir para aumentar a abrangência do acompanhamento do risco de taxa de juro.

8.4 – COMPLIANCE

O BCA elegeu como um dos seus objectivos estratégicos a redução dos riscos e o fortalecimento do seu sistema de controlo interno, objectivando uma maior eficiência e redução dos seus custos operacionais, e norteando o desenvolvimento das suas actividades pelo cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares e pela aplicação de melhores práticas de conduta ética.

Durante o ano de 2011 o BCA aprovou um conjunto de normativos, visando a adequação das suas políticas e procedimentos às normas legais e regulamentares e às boas práticas internacionalmente aceites, nomeadamente a nível da prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

O Banco procedeu igualmente à revisão do seu Código de Conduta – aprovado em 2009 – com aperfeiçoamento dos conteúdos e visando a sua utilização enquanto instrumento de promoção de uma cultura organizacional de cumprimento legal e de conformidade com os valores e princípios adoptados.

A nível da gestão do risco operacional foram dados passos significativos na implementação das várias fases da metodologia da sua gestão, destacando-se a realização das reuniões do Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, órgão responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, analisar as informações de gestão e avaliar/propor planos de acção.

8.5 – AUDITORIA E INSPECÇÃO

O Gabinete de Auditoria e Inspecção realizou ao longo do ano acções de auditoria nas Áreas Centrais e nas Agências.

Destacam-se ainda outras acções tais como análise de actas de crédito concedido, análise e acompanhamento de diferenças de caixa nos vários balcões e acções visando a sua regularização, análise e acompanhamento de saldos de tesouraria das Agências.

8.6 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A dinâmica do BCA em 2011 exigiu da área de organização e inovação uma melhor eficácia na produção de normativos, e uma adequação dos procedimentos internos às necessidades de desenvolvimento da instituição, para uma melhor operacionalização das estruturas orgânicas e sua adequação às novas regras estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, enquanto regulador externo.

Destacam-se, entre as várias normas publicadas, o Manual de Estrutura Orgânica e a Orgânica do Banco, o Sistema de Normas Internas, o Manual e o Regulamento do Crédito, Circuito e Procedimentos de Recuperação de Crédito, o Manual de Correspondentes Bancários, a Gestão das Contas Nostro e Vostro e a Lavagem de Capitais.

Constituíram preocupações desta área a melhoria da performance dos utilizadores do sistema bancário, a gestão das solicitações de atendimento das dúvidas e o acompanhamento da resolução e do tempo de execução das tarefas.

8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO

Área de cartões

Apesar de na sua generalidade estar a funcionar bem, delineou-se algumas linhas de intervenção que visavam melhorar as informações cruciais para gestão, nomeadamente informação sobre o incumprimento e outras informações importante para gestão. Adjudicou-se um módulo (que será instalado ainda no 1º trimestre de 2012) que irá potenciar o cumprimento destes objectivos.

Internet Banking/Intranet

Deu-se um passo importante com a instalação de algumas funcionalidades até então disponíveis nos ATM's e muito utilizadas pelos clientes: pagamento de serviços e carregamento de serviços de comunicação.

Outrossim, equacionou-se a estratégia de upgrade pois a plataforma já tem seis anos, pelo que urge atempadamente saber como e para aonde se deve avançar. Para o efeito, contactaram-se vários fornecedores e parceiros estratégicos e está-se em condições de estabelecer as linhas de acção, tanto para a Intranet como para a Internt Banking.

TEI'S

Esta plataforma tem ganho maturidade, propiciando enormes vantagens para as áreas de negócio e de suporte às operações, nomeadamente no capítulo eficiência e redução dos riscos operacionais.

Work Flow de Crédito Habitação

A implementação desta plataforma tem potenciado o tratamento e materialização do crédito habitação. Tem-se gradualmente exposto ao fornecedor os ajustamentos necessários que têm sido colocados pela área de negócio, reduzindo os erros, ganhando eficiência e melhorando o tempo de resposta às solicitações dos Clientes.

Plataforma Gestão de Stock

Apesar da implementação desta plataforma ter sido de grande valia para a área de logística, propiciando uma pronta resposta às demandas de informação e controle de custo, controle e aferição da existência, há ainda alguns procedimentos por implementar, nomeadamente o fluxo do pagamento automático dos fornecedores.

Segurança, Infra-estrutura e Comunicações

Foram efectuadas intervenções preponderantes no apetrechamento e criação das condições eléctrica/informática em todas as novas instalações do BCA ou nas remodeladas, bem como na instalação dos novos ATM's.
O sistema de vídeo conferência "tri-partido" entre a Sede/Praia, Mindelo e Espargos foi utilizado na sua plenitude, trazendo enormes vantagens na redução de custos, principalmente evitando inúmeras deslocações da área comercial.

Deu-se importantes passos na definição dos objectivos e metodologia de implementação dos serviços VOIP, com o qual pensa-se vir a obter uma poupança na ordem dos 20% nos serviços de comunicação.

8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Em 2011 o BCA foi considerado o Melhor Banco em Cabo Verde pela revista internacional **The Banker**, uma revista financeira do prestigiado Grupo Financial Times que anualmente publica o Top dos 200 melhores bancos em África, mapeando a robustez e saúde financeira de mais de quatro mil bancos através do capital de nível 1, rentabilidade e desempenho entre os seus pares. De realçar ainda a eleição, pelo segundo ano consecutivo, da Marca BCA como a Marca de **Confiança** dos cabo-verdianos no sector financeiro.

No âmbito da Notoriedade, o Banco prosseguiu com várias iniciativas que contribuíram para a valorização da Imagem da Marca BCA e melhoria de outros índices de performance, nomeadamente modernização, inovação, competitividade e manutenção do posicionamento como o melhor banco e líder do mercado.

Tendo como eixo de referência a eficácia e a inovação ao serviço das famílias e das empresas, desenvolveu-se um conjunto de iniciativas que permitiram intensificar a intervenção do BCA no mercado, fidelizando os actuais clientes e angariando novos através do lançamento de produtos e serviços, que a seguir enumeramos:

- ⇒ BCA Conta Di Nos;
- ⇒ BCA Conta Rendimento;
- ⇒ BCA Poupança Extra1;
- ⇒ BCA DP 2 anos e 1 dia
- ⇒ Novos serviços através do BCADirecto (pagamento de facturas e carregamento de telemóvel).

Acompanhamento dos Segmentos de Clientes e Melhoria no Atendimento

Visando melhorar, acompanhar e satisfazer as expectativas e exigências dos clientes, foram realizados estudos de mercados e inquéritos do nível de satisfação dos clientes e colaboradores; Implementou-se o programa cliente Mistério; identificou-se os maiores clientes para um acompanhamento mais diferenciado; promoveu-se acções de sensibilização nos balcões, disponibilizando Protocolos para apoio aos clientes na fila de espera; promoveu-se acções de divulgação e de sensibilização para a massificação do uso do **Cartão Vinti4** e do **BCADirecto** e tratou-se e deu-se resposta a diversas Reclamações de clientes.

Ao nível do Segmento Empresas, o BCA manteve uma política baseada numa cultura de qualidade de serviço e na intensificação de um relacionamento de proximidade. Com essa intervenção, além das ofertas diversificadas e permanentes que dispõe para o segmento, abriu-se um novo Espaço para Empresas e empresários em São Vicente, desenvolveu-se um conjunto de novas iniciativas e de novas parcerias, estabeleceu-se novos protocolos comerciais, tendo como objectivos fidelizar os actuais clientes, procurando atender às necessidades específicas de cada um, angariar novos e satisfazer os melhores clientes com excelência na qualidade.

Para o Segmento Emigrante o BCA fortaleceu e reforçou os canais de comunicação com a comunidade, fez novas abordagens junto do mercado da diáspora enquanto segmento privilegiado, criou o Projecto Acolhimento aos Emigrantes que consistiu em lhes dar as Boas vindas, recebendo-os com brindes nos principais aeroportos do país e convidando-os a visitar as agências.

Comunicação

A referência do BCA no mercado ditou o aumento da responsabilidade nos compromissos com os novos paradigmas da comunicação. O ano de 2011 ficou marcado pela elevada capacidade de concretização de alguns projectos para a nova visão estratégica que se pretende com a comunicação do Banco, em que preocupações como a identidade da Marca, linha gráfica e o posicionamento da Marca comandaram a nova fase e forma de comunicar.

Publicidade

Durante o ano de 2011 reforçou-se as acções promocionais de produtos e serviços existentes, realizando campanhas utilizando os veículos de maior impacto junto do público-alvo. Procedeu-se à concepção, elaboração e produção de diversos spots de Televisão e Rádios, brochuras, anúncios, banners, etc., materiais de comunicação interna, cartazes para os pontos de venda e outros materiais para a veiculação, tanto a nível nacional como junto da Diáspora.

8.8.1 - Responsabilidade Social

Para melhor envolvimento com a comunidade onde está inserida e de forma a contribuir para um desenvolvimento sustentável, o BCA reforçou o seu comprometimento de responsabilidade social, mantendo os compromissos em diversas áreas, patrocinando iniciativas de grande interesse, particularmente para as comunidades, para o País bem como para o próprio Banco.

Sponsoring e Mecenato

A nível nacional os patrocínios foram divididos entre eventos de cariz social, cultural, desportivo, saúde e educação e na Diáspora manteve-se o apoio a eventos culturais.
Na área social manteve-se o apoio a instituições carenciadas do país, nomeadamente o Lar Rotary, Operação Carinho, Fundação Infância Feliz, Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade, campanha do ICASE em prol dos alunos carenciados, Fundação Esperança, Fundação EPIF, apadrinhamento do Jardim infantil Brincar e Crescer, patrocínio da festa de Natal para crianças da escola do pólo de São João Batista e oferta de um Horto Escolar para ajudar na dieta alimentar dos carenciados na Cidade Velha - Localidade de São João Baptista, entre outras.

Na área do desporto manteve-se o apoio à Federação Cabo-verdiana de Futebol e Basquetebol, Victória Foot-ball Club da Praia, Vulcânico Club do Fogo e o Torneio de Futebol ADRC, entre outros.

Na área do ambiente manteve-se o patrocínio ao Ministério do Ambiente para a protecção das tartarugas marinhas e a criação do canteiro verde do BCA no Parque Natural da Serra da Malagueta.

Na área da saúde foi patrocinado o III Congresso dos Médicos realizado na ilha do Sal; realizou-se a campanha interna de doação de sangue nas Ilhas de Santiago, Sal e Santo Antão e organizou-se a Marcha contra o cancro de mama na cidade da Praia.

Por considerar as Câmaras Municipais parceiros de eleição, o BCA manteve o apoio às iniciativas culturais realizadas pelas mesmas por ocasião da comemoração do dia dedicado ao Município.

8.9 – MEIOS E CANAIS

A Direcção de Meios e Canais (DMC) é um órgão do primeiro nível da estrutura orgânica do BCA, foi formalmente criada em finais de 2010 com a autonomização das áreas que a compõem – Divisão de Meios de Pagamentos (DMP) e Divisão da Banca Electrónica (DBE).

Compete à DMC a gestão e o desenvolvimento da actividade comercial através dos meios de pagamentos electrónicos e dos canais electrónicos.

Durante o ano de 2011, a DMC centralizou a sua actuação na organização interna, na optimização de circuitos operacionais, no desenvolvimento, no acompanhamento e no apoio aos clientes (internos e externos).

8.9.1 – Meios De Pagamentos

Serviço de Pagamentos Automático

É um serviço de cobrança por transferência bancária prestado às empresas com os quais o BCA tenha assinado Protocolos e que beneficia clientes comuns, permitindo-lhes o pagamento automático, por débito directo, de facturas dos serviços de Telecomunicações (telefones fixo e móvel, Internet e TV Cabo); Electricidade e Água; Seguros e Senhas de Combustível.

Foram criados, em 2011, 1.389 novas ordens de pagamento automático, representando um crescimento de 41% em relação ao ano de 2010.

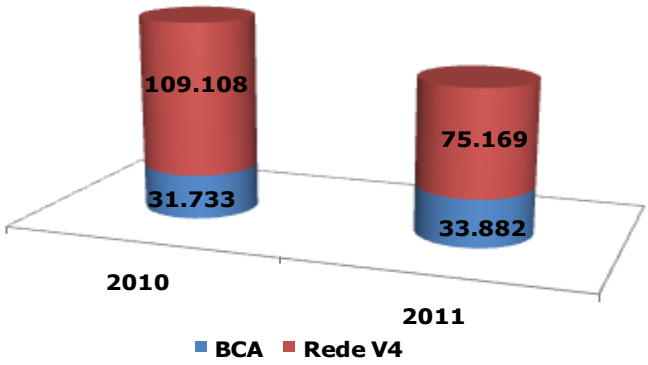
Gestão dos Cartões de Pagamentos

Cartões de Débito "Vinti4"

Os cartões de débito são produzidos pela Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), diariamente, cabendo à DMP assegurar os procedimentos administrativos das várias fases do circuito – recepção dos cartões, impressão das cartas de PIN´s no Centro Informático e organização e distribuição pelas diferentes agências e garantir a eficiência na sua utilização.

Em 2011 o BCA emitiu mais 2.149 cartões Vinti4 em relação ao ano transacto, representando um aumento de 7%. As emissões do BCA em 2011 representaram 45% de toda a rede, sendo que o BCA possui 30% dos cartões activos de toda a rede. A diminuição dos cartões na Rede Vinti4 deveu-se ao facto de em 2010 terem sido produzidos os cartões Co-branded do INPS/CECV.

Evolução Emissão BCA/Rede



Cartões de Crédito VISA

Deu-se continuidade à manutenção e gestão das condições de utilização dos cartões na aplicação da MSCC, o que vem aumentando significativamente, não só devido ao aumento de clientes VISA, em parte devido ao lançamento de novos produtos, mas também pelo aumento da utilização dos cartões em relação ao ano transacto.

Foram emitidos 1895 novos cartões VISA, incluindo 524 renovações, representando uma diminuição de 28% em relação a 2010. Esta diminuição pode ser explicada pela diminuição de emissões Visa Flex, o que se deveu ao facto de 33% das emissões em 2011 terem sido a título gracioso aos funcionários do BCA.

Cartões Visa Emitidos/Renovados

Produto	2010	2011	Abs.	Rel.
Classic	578	419	-159	-28%
Gold	324	291	-33	-10%
Corporate	45	61	16	36%
Flex	1699	1124	-575	-34%
Total	**2.646**	**1.895**	**-751**	**-28%**

8.9.2 – Banca Electrónica

BCA Directo (Internet Banking)

Dando seguimento ao objectivo traçado no respeitante à dinamização dos canais não presenciais, deu-se atenção primordial ao Internet Banking de modo a garantir o nível atingido nos anos anteriores e aumentar o score.

Durante 2011 implementaram-se algumas funcionalidades novas, nomeadamente: novos impressos (pedido de desactivação, pedido de cancelamento, entre outros); pagamentos de serviços através do serviço BCADirecto; carregamento de telemóvel; início da disponibilização das funcionalidades do BCADirecto em francês.

Em 2011, o número de contratos activos teve um crescimento acima dos 22%. As operações realizadas aproximaram-se a 4,2 bilhões de CVE, evidenciando um crescimento de 21% em relação ao ano anterior.

Esta evolução demonstra que os serviços oferecidos pelo Internet Banking têm sido cada vez mais convenientes para os clientes do BCA, o que serve de conforto para o lançamento de novos canais remotos.

Automatic Teler Machine (ATM`s)

No final do ano de 2011 o BCA tinha 44 máquinas ATM´s activas na rede Vinti4, mais 10% que o total activo no ano anterior.

Durante este ano esses equipamentos efectuaram cerca de 2,7 milhões de operações e movimentaram cerca de 8,8 bilhões de CVE, representando, em relação ao ano anterior, um crescimento de 35% e 25% respectivamente.

Terminais Pagamento Automático (TPA)

Em relação ao ano anterior, a rede de Terminais de Pagamentos Automáticos, em que o BCA é o banco de apoio, apresentou um crescimento de 34%. As transacções evidenciaram um total de 950 mil em número e 3,5 bilhões de CVE em valor, representando crescimentos de 51% e 35% respectivamente.

8.10 – ÁREA JURÍDICA E DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Gabinete Jurídico e Recuperação de Crédito foi criado em 2011, sendo um órgão de staff de âmbito nacional, sediado na cidade da Praia, cujo objectivo principal é apoiar a Comissão Executiva e todos os órgãos de estrutura do Banco, assegurando a função de assessoria jurídica e de recuperação de crédito.

Neste contexto, durante o ano de 2011 foram desenvolvidas uma série de actividades, sendo de destacar as seguintes: apoio e consultoria geral, mediante a elaboração de pareceres escritos e orais nas diversas áreas e matérias; apoio jurídico na preparação e concretização de operações e processos de negociações com terceiros, nomeadamente devedores e outros intervenientes; elaboração e aperfeiçoamento de minutas de contratos; colaboração na elaboração e emissão de normativos internos; coordenação dos processos de arrematação em hasta pública e transferência da propriedade dos bens para o Banco; coordenação das acções judiciais movidas contra/pelo Banco, com o acompanhamento das acções em contencioso.

8.11 – SUPORTE OPERACIONAL

8.11.1 – Leasing

Relativamente à nova modalidade de crédito, o Leasing, iniciada em Junho 2010, foram aprovados em 2011, 95 créditos.

Carteira Leasing Aprovada em 2011

cts

Tipo	2010		2011		Variação	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Particulares	**17**	**44.875**	**27**	**66.206**	**58,8%**	**47,5%**
Automovel	17	44.875	27	66.206	58,8%	47,5%
Equipamentos	-	-	-	-		
Empresas	**27**	**219.384**	**68**	**251.253**	**151,9%**	**14,5%**
Automovel	27	219.384	63	229.662	133,3%	4,7%
Equipamentos	-	-	5	21.591		
Total	**44**	**264.259**	**95**	**317.460**	**115,9%**	**20,1%**

Fonte: DTA

Comparando com os seis meses de 2010, em que houve 44 contratos aprovados num total de 264,2 mil contos, registou-se um aumento de 115,9% em termos de número e 20,1% em termos de montante.

8.11.2 – Factoring

Quanto ao Factoring ou Cessão Financeira, produto que teve o seu início em Novembro 2010, foram efectuados 21 contratos de adesão conforme o quadro que se segue:

Carteira Factoring 2011

Cts

Zona	2010		2011		Variação	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Sul	3	75.000	8	253.650	166,7%	238,2%
Norte	2	95.195	13	309.886	550,0%	225,5%
Total	**5**	**170.195**	**21**	**563.537**	**320,0%**	**231,1%**

Em comparação com os dois meses de 2010, em que houve 5 contratos num total de 170,1 mil contos, houve um acréscimo da carteira em 320% em termos de número e 231% em termos de montante.

8.11.3 – Reestruturação de Créditos

Em 2011, foram reestruturados 439 créditos, sendo que em 27 apenas foram alargados os prazos de amortização e 412 foram reescalonados, no montante global de 2.915,2 mil contos, dos quais 280 são da Zona Sul e 159 da Zona Norte.
O número de Clientes com créditos reestruturados é de 377, sendo 240 da Zona Sul e 137 da Zona Norte.

8.11.4 – Operações com o Exterior

Através do quadro abaixo, podemos constatar que, comparativamente a 2010, as Ordens de Pagamento Recebidas aumentaram 39,8% em quantidade e 14,5% em montante.

cts

	2010		2011		Variação	
	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
Ordens de pagamentos (recebidas)	54.045	24.161.582	75.567	27.666.129	39,82%	14,50%
Ordens de pagamentos (Emitidas)	36.903	47.592.996	25.807	32.871.399	-30,07%	-30,93%
Crédito Documentário						
Importação	59	1.403.793	38	1.411.613	-35,59%	0,56%
Exportação	0	0	0			
Garantias Bancárias (emitidas)	21	717.911	22	1.150.775	4,76%	60,29%
Westen Union -Enviados	16.589	558.340	14.624	538.750	-11,85%	-3,51%
-Recebidos	31.068	914.504	35.332	977.993	13,72%	6,94%
Cheques s/ Estrangeiro (comprados)*	9.315	2.118.429	27.811	2.308.041	198,56%	8,95%

Fonte: BCA

* Inclui Cash Advance

Os cheques Sobre Estrangeiro comprados no BCA tiveram um aumento de 198,6% em quantidade e 8,9% no montante. Este aumento expressivo na quantidade foi originado pelas pensões do Centro Nacional de Pensões - Instituto Nacional de Segurança Social de Portugal que passaram a ser pagas através do BCA, primeiramente somente através de cheques, tendo entretanto sidas convertidas em Ordens de Pagamento a partir de Maio 2011.

As operações em Créditos Documentários têm vindo a diminuir. Em 2011 a quantidade de créditos abertos correspondem a 35,6% dos abertos em 2010, embora a nível de montante transaccionado se tenha praticamente mantido, com um aumento de 0,56%.

Foram também emitidas por ordem e contra garantia da CGD e BES, oito declarações de compromisso para emissão de garantias bancárias no âmbito do programa "CASA PARA TODOS" - no valor de 77,7 mil contos contra 205,1 mil contos em 2010.

Durante 2011 foram efectuadas 49.956 transacções via Western Union, sendo 14.624 enviadas, num total de 538,7 mil contos, e 35.332 recebidas, num total de 977,9 mil contos.

Serviços Western Union

cts

Ano	Enviadas		Recebidas	
	Quant.	Montante	Quant.	Montante
2009	16.716	577.481	22.656	693.619
2010	16.589	558.340	31.068	914.504
2011	14.624	538.750	35.332	977.993

Passando a uma análise dos Serviços da Wester Union verifica-se que as transferências recebidas são mais do que o dobro das enviadas e podemos notar que a tendência ao longo dos três últimos anos é de diminuição dos enviados e de aumento dos recebidos.

Face a 2010, ao longo de 2011 houve nas enviadas uma diminuição de 11,9% na quantidade e 3,5% no montante e nas recebidas um aumento de 13,7% da quantidade e 6,9% no montante.

Durante 2011 foram arrecadados 23,5 mil contos de comissões pela prestação do serviço de envio rápido de dinheiro através do canal Western Union, sendo 14,9 mil contos pelas recebidas e 8,5 mil contos pelas enviadas, e foram cobrados pela Western Union USD 18.642,02 (1,4 mil contos) de shared cost adjustment.

8.11.5 – SWIFT

A SWIFT "Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications", presente em Cabo Verde desde 1999, através de um sistema partilhado e gerido pelo Banco de Cabo Verde, ao qual o BCA aderiu desde o início, tem vindo a introduzir novas funcionalidades e sucessivos "upgrades".

Assim, em 2011 foram efectuadas as seguintes actualizações:

- ⇒ Actualização do Swift BIC Bank file (FULL), referente ao BIC Directory de 05/Março de 2011.
- ⇒ Migração Swift Alliance Workstartion da versão 6.0 para 7.0
- ⇒ O Standart MT Maintenance release 2011 (SR2011) Syntax table 11 foi activado em Live

Mensagens via Swift

Ano	2009	2010	2011
Mensagens recebidas	81.902	83.205	109.693
Mensagens enviadas	29.387	28.460	32.993

Comparativamente a 2010, houve um acréscimo de 31,8% nas mensagens recebidas, explicadas em grande parte pela pensões que passaram, a partir de Maio de 2011, a serem recebidas através de mensagens MT 103. Também houve um acréscimo de 15,9% nas mensagens emitidas.

Investimentos

Visando melhorar as condições de atendimento dos clientes e segurança das Agências do Banco, foram concluídas obras de remodelação e modernização da Agência Fonte Filipe em S.Vicente, Agência no Palmarejo, Agências dos Espargos e Boa Vista. Para melhorar as condições de trabalho dos colaboradores, foram realizadas obras nas instalações da DAL em Achada Grande, bem como o edifício BCA Farmácia.

No que tange a reforço de Segurança nos edifícios do Banco, foram instaladas câmaras de videovigilância na Agência da Praia e na Tesouraria Central (TCV).

Com o objectivo de potenciar ainda mais a utilização de cartões Vinti4 e cobrir localidades ainda sem infra-estruturas bancárias, a rede de ATM's foi expandida, com a instalação de mais três máquinas em 2011, sendo: uma na localidade de Palmeira – Ilha do Sal; uma 2ª máquina na Agência BCA Palmarejo - um dos principais bairros da cidade da Praia, e uma máquina tipo Lobby no espaço interior da Agência São Vicente.

Assim, durante o ano findo o BCA investiu 455,2 mil contos, dos quais 428,2 mil contos em Activos Tangíveis e 26,9 mil contos em Activos Intangíveis. Destes investimentos 170,9 mil contos encontram-se ainda em curso.

9 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

9.1 - Evolução do Balanço

O Activo Líquido do BCA ascendeu a 67,3 milhões de contos no final de Dez 11, valor superior ao registado em Dezembro 10 em 2,7% (+1,7 milhões de contos). Contribuíram para esta evolução, os acréscimos registados na rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central em 65,9% e no Crédito a Clientes em 10,3%.

Balanço Consolidado de Dezembro 2011

(mil cts)

	2010	2011	VARIAÇÃO ABS.	VARIAÇÃO REL.
Activo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	5.863	9.727	3.864	65,9%
Disponibilidades em OIs de Credito	756	656	-100	-13,2%
Activos Financeiros Disponiveis p/Venda liquida	6.366	6.311	-56	-0,9%
Aplicações em Instituições de Credito	5.746	1.211	-4.535	-78,9%
Credito a Clientes Liquido	37.781	41.672	3.891	10,3%
Títulos de Divida Pública	5.294	3.457	-1.837	-34,7%
Propriedades de Investimento	3	3	0	0,0%
Outros Activos Tangiveis Liquidos	1.768	1.957	189	10,7%
Activos Intangiveis	16	43	27	172,1%
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	204	216	12	6,0%
Activos por Impostos Correntes	250	642	392	156,8%
Activos por Impostos Diferidos	284	192	-92	-32,5%
Outros Activos	1.175	1.216	42	3,5%
Total	**65.505**	**67.303**	**1.798**	**2,7%**
Passivo				
Recursos de Outras I.C.'s	331	566	235	70,9%
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	55.661	56.460	799	1,4%
Provisões para Benefícios aos Empregados	5.396	5.639	243	4,5%
Passivos por Impostos Correntes	54	0	-54	-100,0%
Passivos por Impostos Diferidos	55	39	-16	-29,5%
Outro Passivos Subordinados	500	500	0	0,1%
Outros Passivos	666	1.078	412	61,9%
Total Passivo	**62.663**	**64.282**	**1.618**	**2,6%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**2.841**	**3.021**	**180**	**6,3%**
Dos quais : Resultado Liquido	**701**	**537**	**-165**	**-23,5%**
TOTAL	**65.505**	**67.303**	**1.798**	**2,7%**

Caixa e Disponibilidades

Nota-se um aumento significativo de 65,9% na rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central, devido à não aplicação do excedente de liquidez no final do ano, devido ao impacto que teria no período seguinte, pois havia a previsão de existirem operações de elevado montante na primeira quinzena de Janeiro/12. Por outro lado começou-se a acautelar os efeitos negativos do aumento da Taxa de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), que iria passar de 16% para 18% a partir de Janeiro/12.

Aplicações em Instituições de Crédito

As Aplicações em Instituições de Crédito, englobando as aplicações no país e no estrangeiro, ascenderam a 1,2 milhões de contos, representando uma variação negativa de 78,9% e de -4,5 milhões de contos. A maior variação se registou nas aplicações de muito curto prazo no Banco de Cabo Verde, em consequência do regulamento das DMC de 2010, no montante de +3,5 milhões de contos. Ainda com referência ao mercado nacional, os Títulos de Regularização Monetária (TRM's) registaram uma diminuição de 1,2 milhões de contos, enquanto os Títulos de Intervenção Monetária (TIM's) diminuíram em 50 mil cts, por se ter dado preferência a aplicações mais líquidas.

Crédito a Clientes

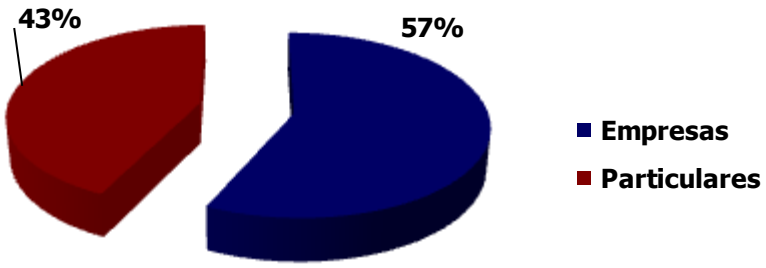
A Carteira Global de Crédito a Clientes ascendeu a 44,5 milhões de contos, e registou um desempenho bastante positivo em relação ao ano anterior, 10,7% de crescimento e 4,3 milhões de contos.

A carteira de créditos novos atingiu 13,7 milhões de contos e reflecte uma diminuição de 2,7% face a Dez10. Esta diminuição deve-se ao segmento empresas -6,1%, tendo em conta a conjuntura económica em que se encontra o país. O crédito concedido ao segmento particulares cresceu 1,8%, via aumento do crédito concedido para consumo em 13,2%, pois que o crédito para habitação diminuiu 8,9% e foi condicionado pela falta de dinamismo económico e pelas limitadas capacidades de endividamento que as famílias defrontam.

O saldo da Carteira Vencida, no final do exercício, atingiu 4,1 milhões de contos, equivalendo a um aumento de 78,1%, ou seja, cerca de 1,8 milhões de contos, comparativamente ao período homólogo, reflexo da continuação da deterioração do ambiente de negócios, proporcionando um rácio de crédito e juros vencidos relativamente ao crédito total de 10,3%, contra 6,5% no ano anterior, e um rácio de crédito vencido a mais de 90 dias de 8,6% em Dez11 (4,3% em Dez 10).

O aumento da carteira de crédito vencido foi maior no segmento empresas 129,4% contra 37,3% nos particulares o que fez aumentar o seu peso de 44,3% em 2010 para 57,0% em Dezembro11.

Carteira Vencida por Segmento em Dez-11



O saldo da Imparidade acumulada de crédito normal e vencido, que inclui ainda a imparidade para as Obrigações privadas, atingiu 2,8 milhões de contos, tendo o custo do risco de crédito do exercício ascendido a 416,5 mil contos (264,3 mil contos em 2010), traduzindo um rácio de cobertura de crédito vencido de 68,8%. Refira-se ainda que a imparidade utilizada em consequência dos abates ao activo em 2011 remonta a 79,1 mil contos.

Carteira de Crédito sobre Clientes Liquida

(mil cts)

	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Credito Total	**34.618**	**38.682**	**4.065**	**11,7%**
Credito Normal	32.282	34.523	2.241	6,9%
Credito e Juros Vencidos	2.336	4.160	1.824	78,1%
Crédito ao Pessoal	**1.497**	**1.727**	**230**	**15,4%**
Proveitos a Receber de Credito	**165**	**195**	**31**	**18,6%**
Receitas com Rendimento Diferido	**-266**	**-253**	**13**	**-4,8%**
Obrigações	**4.238**	**4.208**	**-31**	**-0,7%**
Imparidade para Credito a Clientes	**2.471**	**2.887**	**417**	**16,9%**
Crédito Liquido de Imparidade	**37.781**	**41.672**	**3.891**	**10,3%**
CRÉDITO BRUTA	**40.252**	**44.560**	**4.308**	**10,7%**

Carteira de Títulos

A 31 Dezembro 11, o saldo da carteira de Aplicações em Títulos que inclui os Títulos Disponíveis para Venda e os Títulos de Divida Publica, diminui 15,7% -1,7 milhões de contos face ao período homólogo, em consequência da diminuição nos Títulos da Divida Publica - Obrigações do Tesouro.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes continua a crescer em 2011 (1,4% e 799 mil contos) embora a um ritmo inferior a 2010, atingindo um saldo acumulado de 56,4 milhões de contos em Dez 11. Esta evolução de apenas 1,4% é justificada pela diminuição de 3,8% nos Depósitos à Ordem de clientes. O peso dos recursos de clientes no activo em Dez 11 é de 83,8%.

A evolução dos Recursos de Clientes de 2010 a 2011 por segmento encontra-se no quadro abaixo:

Recursos de Clientes

(mil cts)

Tipo De Clientes	Dez-10	Dez-11	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	**42.471**	**44.117**	**1.646**	**3,9%**
Depósito Ordem	12.966	12.745	-220	-1,7%
Depósito Prazo	26.029	27.863	1.835	7,0%
Depósito Poupança	3.476	3.508	32	0,9%
Empresas	**8.250**	**7.362**	**-888**	**-10,8%**
Depósito Ordem	7.236	6.461	-775	-10,7%
Depósito Prazo	1.015	902	-113	-11,1%
Sector Púb.Administrativo	**1.881**	**1.990**	**109**	**5,8%**
Depósito Ordem	1.821	1.969	148	8,1%
Depósito Prazo	60	21	-39	-65,1%
Total Depósitos Clientes	**52.603**	**53.469**	**867**	**1,6%**
Outros Recursos de Clientes	**2.474**	**2.373**	**-101**	**-4,1%**
Juros a pagar de Depósitos	**585**	**618**	**33**	**5,7%**
Total Recursos de Clientes	**55.661**	**56.460**	**799**	**1,4%**

Provisões para Riscos e Encargos

As Provisões passivas num total de 5,6 milhões de contos, apresenta um crescimento de 4,5%, cerca de +243 mil cts.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os encargos com os benefícios dos empregados ascende a 84,3 mil cts, tendo as utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados totalizados 138 mil cts. De salientar ainda que os encargos adicionais para o Fundo de Pensões e Sobrevivência atingiram 386,1 mil cts, com impacto directo nos custos com pessoal.
Os ganhos actuariais de 2011, relacionados com benefícios pós emprego dos trabalhadores, totaliza 79,5 mil contos com impacto nos Fundos Próprios do Banco.

De seguida a evolução do valor patrimonial do Fundo nos dois últimos anos:

VALOR PATRIMONIAL DO FUNDO DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA
2010/2011

CVE

		MOVIMENTO NO PERIODO				
ANOS	**Saldo Inicial**	**Reforço Provisões**	**Transferência**	**Utilização**	**Outros**	**Valor do Fundo**
2010	**5.112.699.062**	439.321.240	85.100.000	-141.863.000	-351.351.964	5.143.905.338
2011	**5.143.905.338**	421.033.557	0	-138.149.315	-59.666.580	5.367.123.000

Obs: A rubrica Outros diz respeito a desvios actuariais e contribuição de Funcionários

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram 6,5% e 179,9 mil contos, consequência da incorporação em reservas de 50% do resultado líquido de 2010. Relembramos que encontra-se contabilizada uma Reserva de Reavaliação Negativa, relativa aos TCMF´s (Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) que constam dos Activos Financeiros do Banco.

9.2. Contas de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DEZEMBRO 2011

(mil cts)

	2010	2011	VARIAÇÃO Absoluta	VARIAÇÃO Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.771	3.841	70	1,9%
Juros e Encargos Similares	1.306	1.429	123	9,4%
Margem Financeira	**2.465**	**2.412**	**-52**	**-2,1%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	246	189	-57	-23,1%
Rendimentos de Serviços e Comissões	339	369	30	8,8%
Encargos de Serviços e Comissões	46	46	0	-1,0%
Resultados Activs Financeiros Disponiveis p/Venda	0	0	0	14,1%
Resultados de Reavaliação Cambial	135	137	2	1,7%
Resultados de Alienação de Outros activos	2	9	6	261,5%
Outros Resultados de Exploração	160	158	-2	-1,3%
Margem Complementar	**836**	**817**	**-20**	**-2,4%**
Produto Bancário	**3.301**	**3.229**	**-72**	**-2,2%**
Custos com Pessoal	1.290	1.336	46	3,6%
Gastos Gerais Administrativos	709	693	-16	-2,2%
Amortizações do Exercício	167	188	21	12,3%
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	50	-15	-64	-129,4%
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos	264	417	152	57,6%
Imparidade de Outros Activos Liquida Reversões	17	15	-3	-15,4%
Resultados de filiais Excluidas de Consolidação	29	34	5	16,9%
Resultados Antes Impostos	**834**	**630**	**-203**	**-24,4%**
Impostos Correntes	54	16	**-39**	**-71,4%**
Impostos Diferidos	78	78	**0**	**0,0%**
Resultado Líquido	**701**	**537**	**-165**	**-23,5%**

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA registou uma variação negativa de 23,5%, cerca de -165 mil contos, tendo atingido o montante de 537 mil cts, resultado em parte pela elevação do risco de crédito, que se traduziu numa imparidade líquida de 414,7 mil contos, 79,6% superior ao registado em 2010. A diminuição do Produto Bancário em virtude das diminuições registadas tanto nas margens Financeira como Complementares, esta última fortemente penalizada pela diminuição da taxa de rendimento dos TCMF's de 3,82% em 2010 para 2,94%, contribuíram para que o resultado tivesse aquela evolução.

De salientar ainda que o BCA registou nos custos com pessoal o reforço adicional de provisões para fundo de pensões de reforma e sobrevivência num montante de 386 mil contos.



Margem Financeira

A Margem Financeira diminuiu 52 mil contos relativamente ao ano passado (-2,1%), situando-se em 2.412 mil contos.

A diminuição nas comissões associadas ao crédito de 19,1%, -32 mil cts, aliada à diminuição nos juros recebidos de créditos recuperados em 26,1%, -32 mil cts, constituem factores determinantes para a diminuição dos juros e rendimentos similares.

Relativamente às Operações Passivas, o aumento dos juros sobre Recursos de clientes em 9,4%, cerca de +123 mil cts, deve-se sobretudo ao aumento de 99,5%, 66,3 mil contos nos juros pagos das Obrigações Subordinadas do BCA subscritas em 2010 e as operações Repos no mercado secundário. O aumento nos juros dos depósitos de clientes em 43,3 mil contos deve-se ao aumento de 5,6%, cerca de 1.714 mil contos da carteira de depósitos a prazo e de poupança registado este ano, sobretudo no segmento emigrantes que aumentou 6,7%, cerca de 1.492 mil cts.

Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 816,7 mil cts, uma diminuição de 2,4%, -19,7mil cts relativamente a Dez10. A diminuição ocorrida na taxa de rentabilidade dos TCMF's, de 3,82% em 2010 para 2,94% em 2011 foi decisiva para a referida diminuição.

A evolução negativa ocorrida na Margem Financeira e na Margem Complementar traduziu-se num Produto Bancário de 3.229,1 mil contos em 2011 inferior ao ano passado em 2,2%, cerca de -71,9 mil cts.

Custos Operativos

Os Custos Operativos totalizam 2.216, mil contos, o que representa um crescimento de 2,4%, justificado pela componente Custos com o Pessoal, com um incremento de 3,6% (situando-se em 1.336 mil contos) devido ao aumento salarial de 1,5% em 2011 e evoluções do pessoal nas suas respectivas carreiras.

Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros diminuíram 2,2%, cerca de -15,9 mil cts, resultado da política de redução de custos desenvolvida ao longo do ano. No entanto, algumas rubricas aumentaram, nomeadamente a rubrica água, gás e electricidade em 19,2 mil cts, o que se deve em grande medida ao aumento das tarifas em 2011, ao aumento na componente conservação e reparação de 4 mil contos e nos encargos com a SISP de 11,1 mil.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 187 mil contos, +12,3%, mais 20,5 mil cts acima do valor registado em Dez/10, justificado pela amortização de alguns equipamentos que se encontravam em imobilizado em curso e passaram a imobilizado firme, e também, pelo início da amortização dos investimentos realizados em 2011.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respectiva evolução:

Custos Operativos

(mil cts)

RUBRICAS	Dez-10	Dez-11	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1.290**	**1.336**	**46**	**3,6%**
Remunerações	716	751	**34**	4,8%
Encargos Sociais Obrigatórios	514	519	**5**	1,0%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	60	66	**7**	11,2%
Fornecimento e Serviços de Terceiros	**709**	**693**	**-16**	**-2,2%**
Amortizações	**167**	**188**	**21**	**12,3%**
Custos operativos	**2.165**	**2.216**	**51**	**2,4%**

9.3 – Análise de Rácios

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) evoluíram desfavoravelmente, tendo atingido 0,8% e 18,3% respectivamente, contra 1,1% e 24,7% em 2010, consequência da diminuição no resultado líquido do exercício.

O rácio de eficiência – Cost to Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário piorou, passando de 65,6% em Dezembro 2010, para 68,8%, em Dezembro 2011, e os Gastos com Pessoal sobre o Produto Bancário aumentou de 39,1% para 41,4%. Expurgando o efeito Fundo de Pensões o Cost to income seria de 56,7% em 2011 (53,7% em 2010).

Nos indicadores de Risco salienta-se o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento sobre Crédito Total que atingiu 10,3% contra 6,5% de Dez/10, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atinge 68,6% contra 104,4% em 2010.

O rácio de transformação medido pelo Crédito de Clientes relativamente aos Recursos de Clientes atingiu 75,6%, contra 68,7% de 2010.

Alguns rácios de Produtividade e Eficiência melhoraram face a Dez/10, nomeadamente, Resultado Liquido/Nº Empregados, Resultado Liquido /Nº Agências, bem como o rácio de Volume de Negócios/Nº de Empregados, Volume de Negócios/Nº Agências, Gastos Funcionamento/Nº Agências.

Por outro lado verificou-se um menor desempenho para os rácios Resultado Líquido/ Nº Empregados, Resultado Líquido/ Nº Agências, em consequência da diminuição do Resultado Líquido.

9.4 - Rácios Prudenciais

Em termos prudenciais o BCA apresenta uma boa performance e solidez, registando Fundos Próprios acima dos 4 milhões de contos, embora inferior a 2010 em 104,8 mil contos. Os Fundos Próprios do BCA vêm sem penalizados pelo impacto dos ajustamentos de transição para as novas normas de contabilidade – NIRF ocorridas em 2009 e que em Dez11 atinge o montante de 935,1 mil contos.

A diminuição registada nos Fundos Próprios permitiu um rácio de Cobertura de Imobilizado de 207,8% em 2011 (235,7% em 2010).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde - BCV atingiu 11,69%, acima do mínimo dos 10% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 2,6 milhões de contos, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos 6,6 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV cujo limite do agregado não poderá ultrapassar 8 vezes os seus Fundos Próprios.

O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos dois últimos anos:

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS PRUDENCIAIS

Rácios	2010	2011
Fundos Próprios	4.198.029	4.093.180
Cobertura de Imobilizado	235,7%	207,8%
Rácio de Solvabilidade	12,77%	11,69%

10 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado líquido apurado no exercício, no valor de 536.748.517$00 (Quinhentos e Trinta e Seis Milhões, Setecentos e Quarenta e Oito Mil, Quinhentos e Dezassete Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos accionistas a seguinte aplicação de resultados em que se considera 35% de pay-out:

Resultado Liquido	**536.748.517**
Reserva Legal (10%)	53.674.852
Outras Reservas (55%)	295.211.684
Distribuição de Dividendos (35%)	**187.861.981**
Agrupamento CGD/BI (52,65%)	98.909.333
Garantia (12,52%)	23.520.320
Estado de Cabo Verde (10%)	18.786.198
Outros Accionistas (24,83%)	46.646.130

11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2011

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA - Lisboa

Banco Espírito Santo SA - Lisboa

Banco Português de Investimento SA - Porto

Banco Santander Totta SA - Lisboa

Banco do Brasil SA – Lisboa

Estados Unidos da América

Citibank NA – New York

JP Morgan Chase Bank, N.A. – New York

Holanda

Royal Bank of Scotland NV - Amesterdão

ING Bank NV – Amesterdão

França

Caixa Geral de Depósitos SA - Paris

Banque Nationale de Paris - Paribas – Paris

Itália

Intesa Sanpaolo SPI – Milão

UniCrédito Italiano SPA - Milão

Luxemburgo

Déxia Bank Internacional à Luxembourg - Luxemburgo

Bank et Caisse d'Epargne d'Etat - Luxemburgo

Bélgica

Ing Belgium SA/NV - Bruxelas

Fortis Bank NV/SA - Bruxelas

Sénégal

Citibank Senegal NA - Dakar

Reino Unido

Lloyds Bank PLC - Londres

Citibank NA – Londres

HSBC Bank PLC - Londres

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG - Zurique

Alemanha

Deutsche Bank AG - Frankfurt

Commerzbank AG - Frankfurt

Espanha

Banco Sabadell SA TSB - Sabadell

Austria

Bank of Austria Creditanstald - Viena

Dinamarca

Jyske Bank A/S - Copenhaga

Suécia

Nordea Bank AB (publ) - Estocolmo

Noruega

DnB NOR Bank ASA - Oslo

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd - Tokyo

12 - DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL A 31/12/2011

Direcção Financeira e Internacional – DFI	Amélia Figueiredo **Directora**
Direcção de Gestão de Risco – DGR	Mª Filomena Figueiredo **Directora**
Direcção Comercial Norte – DCN	Gilda Monteiro **Directora**
Direcção Comercial Sul – DCS	Herminalda Rodrigues **Directora**
Direcção de Organização e Inovação – DOI	Águeda Monteiro **Directora**
Direcção de Suporte Operacional – DSO	Aníbal Moreira **Director**
Direcção Sistemas Informáticos – DSI	Luís Barbosa **Director**
Direcção de Meios e Canais - DMC	Américo Andrade **Director**
Direcção de Segurança e Logística - DSL	Adalberto Melo **Director**
Gabinete de Auditoria – GAI	Francisco Ramos **Coordenador**
Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR	Ana Carvalho **Coordenadora**
Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC	Vanda Centeio **Coordenadora**
Gabinete Jurídico e de Recuperação de Crédito - GJR	Dulce Lopes **Coordenadora**
Gabinete de Recursos Humanos – GRH	Euridice Mascarenhas **Coordenadora**

ZONA SUL

Agências Sul	Guilherme Araújo **Coordenador**

Agência da Praia - APA **Balcão S. Domingos – PSD**	Janira Barbosa Andrade **Gerente**
Gabinete Empresas Sul - GES **BCA Empresas Plateau**	Sofia Alexandra Barbosa **Coordenadora**
Agência de Santa Catarina – ASC **Balcão Assomada – ADA (Prolong. ASC).**	Anilson Fernandes G**erente**
Agência de São Filipe – AFG **Agência dos Mosteiros – AMO**	Luis dos Reis **Gerente**
Agência do Tarrafal – ATA	José Moniz **Gerente**
Agência Achada Santo António I – ASTI	Dulce Santos **Gerente**
Agência Palmarejo Grande – APG	Joaquina Lopes Tavares **Gerente**
Agência Avenida - AVE **Prolongamento Achada São Filipe - ASF**	Celmira Mendes **Gerente**
Agência Achada Santo António II – ASTII	Maria Teresa Borges **Gerente**
Agência de Santa Cruz – STC	Alino Centeio **Gerente**
Agência do Maio – AMA	Luis Ramos **Gerente**
Agência da Brava – ABR	Ângela Rosa **Gerente**

ZONA NORTE

Agencias Norte	Elisa Santos **Coordenadora**
Gabinete Empresas Norte – GEN	Lenise Almeida **Coordenadora**
Gabinete Empresas Sal - GESA	Zara Barbosa Vicente **Coordenadora**

Agência de São Vicente – ASV	Joana Helena Carvalho **Gerente**
Agência do Sal – ASA **Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral**	Zara Barbosa Vicente **Gerente**
Agência de São Nicolau – ASN	Augusta Benilde Cruz **Gerente**
Agência Tarrafal de São Nicolau – ATS	Manuel Freitas **Gerente**
Agência da Praça Nova - PNA	Maísa Sancha Crisóstomo **Gerente**
Agência Ribeira Grande – ARG	Jorge Nascimento Coutinho **Gerente**
Agência Monte Sossego – MAS	Nelson Gomes **Gerente**
Agência Fonte Filipe – AFF	Lídia Pereira **Gerente**
Agência Boa Vista – ABV	Cláudio Mendonça **Gerente**
Agência Santa Maria – ASM	Elizabeth Alexandre **Gerente**
Agência do Porto Novo – APN	António Évora **Gerente**
Agência de Ponta do Sol – APS **Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)**	Jorge Nascimento Coutinho **Gerente**


ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço em 31/12/2011

	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.726.628.736		9.726.628.736
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	656.366.334		656.366.334
Activos financeiros disponíveis para venda	6.321.342.899	10.841.439	6.310.501.460
Aplicações em instituições de crédito	1.210.695.517		1.210.695.517
Créditos a clientes	44.559.231.699	2.887.257.226	41.671.974.473
Títulos de Dívida Pública	3.457.130.058		3.457.130.058
Propriedades de investimento	3.029.000	103.600	2.925.400
Outros activos tangíveis	3.486.481.386	1.529.231.447	1.957.249.940
Activos intangíveis	238.190.922	195.216.989	42.973.933
Investimentos em Filiais Assoc. e Empreend.Conj.	215.914.382		215.914.382
Activos por Impostos Correntes	642.452.439		642.452.439
Activos por impostos diferidos	191.786.474		191.786.474
Outros Activos	1.419.437.297	203.199.252	1.216.238.045
Total de Activos	**72.128.687.145**	**4.825.849.953**	**67.302.837.192**

	Dez-11
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	565.699.327
Recursos de Clientes e outros empréstimos	56.459.610.845
Provisões	5.639.025.140
Passivos por impostos correntes	0
Passivos por impostos diferidos	38.819.276
Outros Passivos Subordinados	499.933.955
Outros passivos	1.078.435.233
Total de Passivo	**64.281.523.776**
Capital	
Capital	1.318.647.814
Reservas de reavaliação	-367.610.834
Outras reservas e resultados transitados	1.533.527.919
Resultado do exercício	536.748.517
Total de Capital	**3.021.313.416**
Total de Passivo + Capital	**67.302.837.192**

O Presidente C. A .
A. Joaquim de Sousa

A Responsável da Contabilidade
Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional
Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados em 31/12/2011

Descritivo	Dez-11
Juros e Rendimentos Similares	3.841.325.666
Juros e Encargos Similares	1.428.923.464
Margem financeira	**2.412.402.202**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	188.853.538
Rendimentos com Serviços e Comissões	369.129.527
Encargos com Serviços e Comissões	45.766.845
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0
Resultados de Reavaliação Cambial	137.464.743
Resultados de Alienação de Outros Activos	8.886.730
Outros Resultados de Exploração	158.190.768
Produto Bancário	**3.229.160.663**
Custos com Pessoal	1.336.284.671
Gastos Gerais Administrativos	692.575.454
Amortizações do Exercício	187.530.589
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-14.615.000
Imparidade Out. Activos Financeiros Líq. Reversões/Recuperações	416.587.539
Imparidade Outros Activos Líq. de Reversões e Recuperações	14.786.369
Resultados Filiais excluidas Consol., Assoc.Empreend. Conjunto	34.333.645
Resultados antes Impostos	**630.344.687**
Impostos	
Correntes	15.515.021
Diferidos	78.081.149
Resultados Líquido	**536.748.517**

O Presidente C. A . — A. Joaquim de Sousa

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2011 Activo bruto	2011 Imparidade e amortizações	2011 Activo líquido	2010 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	9.726.629	-	9.726.629	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	656.366	-	656.366	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda	5	6.321.343	(10.841)	6.310.502	6.366.116
Aplicações em instituições de crédito	6	1.210.696	-	1.210.696	5.745.534
Títulos de dívida pública	7	3.457.130	-	3.457.130	5.293.748
Crédito a clientes	8	44.559.232	(2.887.257)	41.671.975	37.781.093
Propriedades de investimento	9	3.029	(104)	2.925	2.926
Outros activos tangíveis	10	3.486.481	(1.529.231)	1.957.250	1.768.156
Activos intangíveis	11	238.190	(195.217)	42.973	15.792
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	215.915	-	215.915	203.774
Activos por impostos correntes	13	642.452	-	642.452	250.430
Activos por impostos diferidos	13	191.786	-	191.786	284.007
Outros activos	14	1.419.437	(203.199)	1.216.238	1.174.231
Total de activos		72.128.686	(4.825.849)	67.302.837	65.504.466

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2011	2010
Recursos de outras instituições de crédito	15	565.699	331.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	56.459.611	55.660.994
Provisões	17	5.639.025	5.396.331
Passivos por impostos correntes	13	-	54.216
Passivos por impostos diferidos	13	38.819	55.080
Outros passivos subordinados	18	499.934	499.544
Outros passivos	19	1.078.435	665.804
Total do passivo		64.281.523	62.663.068
Capital	20	1.318.648	1.318.648
Reservas de reavaliação	21	(367.611)	(368.565)
Outras reservas e resultados transitados	21	1.533.528	1.190.047
Resultado do exercício	21	536.749	701.268
Total do capital próprio		3.021.314	2.841.398
Total do passivo e do capital próprio		67.302.837	65.504.466

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	22	3.841.326	3.770.831
Juros e encargos similares	23	(1.428.923)	(1.306.182)
MARGEM FINANCEIRA		**2.412.403**	**2.464.649**
Rendimentos de instrumentos de capital	24	188.853	245.732
Rendimentos com serviços e comissões	25	369.130	339.157
Encargos com serviços e comissões	25	(45.767)	(46.235)
Resultados de reavaliação cambial	26	137.465	135.158
Resultados de alienação de outros activos	27	8.887	2.459
Outros resultados de exploração	28	158.190	160.202
PRODUTO BANCÁRIO		**3.229.161**	**3.301.122**
Custos com pessoal	29	(1.336.284)	(1.289.978)
Gastos gerais administrativos	31	(692.575)	(708.514)
Amortizações do exercício	10 e 11	(187.531)	(167.003)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	14.615	(49.652)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(416.588)	(264.304)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(14.786)	(17.487)
Resultados em empresas associadas	12	34.333	29.380
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**630.345**	**833.564**
Impostos sobre lucros			
Correntes	13	(15.516)	(54.216)
Diferidos	13	(78.080)	(78.080)
		(93.596)	**(132.296)**
Resultado do Exercício		**536.749**	**701.268**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.324.765	1.324.765
Resultado por acção		0,40517	0,52935

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2011	2010
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	1.281	(663.539)
Efeito fiscal	(327)	101
Alterações nos investimentos em associadas		
Variação ocorrida no exercício	(9.600)	17.546
Efeito fiscal	2.447	(4.474)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	(6.199)	(650.366)
Resultado líquido do exercício	536.749	701.268
Total do rendimento integral do exercício	530.550	50.902

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1.318.648	294.873	509.219	1.366.006	(1.174.876)	700.349	595.783	2.909.653
Distribuição do resultado do exercício de 2009:								
Incorporação em reservas	-	-	59.578	417.048	-	476.626	(476.626)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(119.157)	(119.157)
Rendimento integral do exercício	-	(663.438)	-	13.072	-	13.072	701.268	50.902
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.318.648	(368.565)	568.797	1.796.126	(1.174.876)	1.190.047	701.268	2.841.398
Distribuição do resultado do exercício de 2010:								
Incorporação em reservas	-	-	70.127	280.507	-	350.634	(350.634)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(350.634)	(350.634)
Rendimento integral do exercício	-	954	-	(7.153)	-	(7.153)	536.749	530.550
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.318.648	(367.611)	638.924	2.069.480	(1.174.876)	1.533.528	536.749	3.021.314

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	4.119.412	3.951.533
Pagamento de juros e comissões	(1.400.555)	(1.356.179)
Recuperação de crédito e juros vencidos	170.027	241.685
Resultados cambiais	137.465	135.158
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.517.637)	(1.486.589)
Pagamentos de pensões e assistência médica	(221.476)	(206.118)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	191.999	15.982
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(475.727)	(339.455)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	1.003.508	956.017
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(4.202)
Aplicações em instituições de crédito	4.535.867	(4.327.223)
Créditos sobre clientes	(4.340.841)	(2.059.565)
Títulos de dívida pública	1.786.540	(86.870)
Outros activos	51.887	(15.358)
	2.033.453	(6.493.218)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	234.618	(162.856)
Recursos de clientes	755.180	2.470.518
Outros passivos subordinados	(28.750)	499.544
Outros passivos	317.029	(397.308)
	1.278.077	2.409.898
Caixa líquida das actividades operacionais	3.311.530	(4.083.320)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(14.700)
Activos intangíveis	(41.321)	(5.667)
Outros activos tangíveis	(360.193)	(378.622)
Dividendos recebidos	201.446	264.793
Caixa líquida das actividades de investimento	(200.068)	(134.196)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(350.634)	(119.157)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(350.634)	(119.157)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	3.764.336	(3.380.656)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.618.659	9.999.315
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10.382.995	6.618.659

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de Julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de Dezembro de 2005, as acções do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 33 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2012, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2011	2010
1 USD	85,697	83,178

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber":

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são reflectidos no Balanço na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda". Até 31 de Dezembro de 2010, os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira eram reflectidos em "Outros activos". Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2010 no montante de mCve. 244.617 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Sector Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e a valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de Dezembro de 1990. Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento. As pensões são determinadas com base no salário à data da reforma, sendo actualizadas anualmente, excepto para os empregados que se reformem com menos de 35 anos de serviço, caso em que a pensão corresponde apenas a uma parte desse salário.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respectivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efectivo a partir de 2001, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respectivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor actual das responsabilidades ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido, nomeadamente, para os planos de pensões e de saúde do Banco.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação actuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em proveitos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. d)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Conforme referido na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2011 existem contingências não provisionadas relativas a correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adoptou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações, em vigor em 31 de Dezembro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETRAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 24 - "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
IAS 32 – Instrumentos financeiras: apresentação	1-Fev-10	Clarificação do standard ao nível da apresentação entre capital próprio e passivo
EMENDAS:		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas"	1-Jan-13	A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas).
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada em 2009)	1-Jan-15	Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar: a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício; b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas; c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento; d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.
IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos"	1-Jan-13	A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como "joint operation", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como "joint venture", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo.
IFRS 12 – "Divulgações de interesses noutras entidades"	1-Jan-13	A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa.
IFRS 13 – "Mensuração do justo valor"	1-Jan-13	A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o dereconhecimento; e activos financeiros que foram desreconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilistico dos seus ativos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilistico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.
IAS 1 - Emenda ("Presentation of Items of Other Comprehensive Income")	1-Jul-12	As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integrado é apresentado.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa		
. Moeda nacional	452.956	581.053
. Moeda estrangeira	693.079	577.528
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	8.579.625	4.703.226
. Moeda estrangeira	969	962
	9.726.629	5.862.769

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2011 e 2010, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	997	996
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banco Espírito Santo, S.A.	53.359	86.622
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	43.417	97.878
. Citibank	17.375	18.884
. JP Morgan Chase Bank	6.683	12.160
. Outras	58.656	164.385
	180.487	380.925
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	256.489	45.564
Sobre o estrangeiro	215.620	325.637
	472.109	371.201
Outras disponibilidades	3.770	3.764
	656.366	755.890

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		
. Justo valor	6.063.620	6.063.620
. Juros a receber	187.722	244.617
	6.251.342	6.308.237
Instrumentos de capital	70.001	68.720
Imparidade (Nota 17)	(10.841)	(10.841)
	6.310.502	6.366.116

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

			2011			2010		
Titulo	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Titulos Consolidados de Mobilização Financeira	n.d.	6.433.169	6.251.342	(369.548)	-	6.308.237	(369.548)	-
Visa International Service Association	n.d.	1.313	3.915	2.602	-	2.634	1.321	-
		6.434.482	6.255.257	(366.946)	-	6.310.871	(368.227)	-
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	39.159	-	(10.841)	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.133	10.133	-	-	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	0,19%	4.203	4.203	-	-	4.203	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	1.750	-	-	1.750	-	-
		66.086	55.245	-	(10.841)	55.245	-	(10.841)
		6.500.568	6.310.502	(366.946)	(10.841)	6.366.116	(368.227)	(10.841)

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 24);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.403 e mCve. 2.517, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de regularização monetária	300.000	1.500.000
- Títulos de intervenção monetária	100.000	50.000
- Aplicações a muito curto prazo	-	3.500.000
	400.000	5.050.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	286.573	303.708
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	514.182	332.712
. Contas caução		
- Commerzbank	-	47.922
- Outras instituições de crédito no exterior	9.696	11.976
	810.451	696.318
Juros a receber	705	700
Proveitos diferidos	(460)	(1.484)
	1.210.696	5.745.534

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	3.397.630	5.184.170
Juros a receber	59.500	109.578
	3.457.130	5.293.748

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a mCve. 2.264.280 e mCve. 2.413.425, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	50.919	42.374
. Créditos em conta corrente	2.743.239	3.125.585
. Descobertos em depósitos à ordem	137.089	64.801
. Cartões de crédito	99.728	94.367
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	30.885.371	27.483.101
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	6.050	14.400
. Créditos em conta corrente	74.391	122.026
. Descobertos em depósitos à ordem	1.131	1.275
. Cartões de crédito	8.860	9.695
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	442.983	961.194
. Créditos em conta corrente	73.167	363.138
Outros créditos e valores a receber (titulados)	4.162.191	4.195.626
Crédito ao pessoal	1.727.430	1.497.205
	40.412.549	37.974.787
Juros a receber	237.991	204.761
Comissões e outros proveitos diferidos	(253.379)	(265.930)
Custos diferidos	2.518	2.623
Crédito e juros vencidos	4.159.553	2.335.598
	44.559.232	40.251.839
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(2.887.257)	(2.470.746)
	41.671.975	37.781.093

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2011	2010	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	638.343	638.710	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
Câmara Municipal da Praia	407.041	428.464	23-07-2030
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	350.000	350.000	06-08-2012
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	250.500	250.500	10-08-2012
Câmara Municipal do Sal	163.030	174.675	15-07-2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	99.854	99.854	18-02-2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	65.547	65.547	05-01-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31-07-2015
Tecnicil Indústria, S.A.	6.218	6.218	23-04-2014
	4.162.191	4.195.626	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. têm como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.596.716 e mCve. 3.533.611, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2011								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	12.661	6.583	19.244	12.661	6.583	19.244
Pesca	-	-	-	19.570	34.803	54.373	19.570	34.803	54.373
Indústrias extractivas	-	-	-	15.987	22.121	38.108	15.987	22.121	38.116
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	15.987	22.121	38.108	15.987	22.121	38.116
Indústrias transformadoras	-	-	-	1.633.130	123.869	1.756.999	1.633.130	123.869	1.756.998
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	282.104	103.668	385.772	282.104	103.668	385.772
Indústria têxtil	-	-	-	26.801	2.548	29.349	26.801	2.548	29.349
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	85	1.239	1.324	85	1.239	1.324
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	325.055	563	325.618	325.055	563	325.618
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	3.892	1	3.893	3.892	1	3.893
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	747.262	4.270	751.532	747.262	4.270	751.532
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	16.648	4.058	20.706	16.648	4.058	20.706
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	231.282	6.692	237.974	231.282	6.692	237.974
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	951.081	-	951.081	951.081	-	951.081
Construção	-	-	-	2.696.731	149.936	2.846.667	2.696.731	149.936	2.846.667
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.676.779	174.900	2.851.679	2.676.779	174.900	2.851.679
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	794.161	249.142	1.043.303	794.161	249.142	1.043.303
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1.867.003	397.355	2.264.358	1.867.003	397.355	2.264.358
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	6.528	35.404	41.932	6.528	35.404	41.932
Actividades financeiras	-	-	-	510	-	510	510	-	510
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	510	-	510	510	-	510
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	1.085.422	59.609	1.145.031	1.085.422	59.609	1.145.031
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.085.422	59.609	1.145.031	1.085.422	59.609	1.145.031
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	460.221	611.495	1.071.716	460.221	611.495	1.071.716
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	23.815	97	23.912	23.815	97	23.912
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	883.841	1.727	885.568	59.229	-	59.229	943.070	1.727	944.797
Educação	-	15	15	16.785	564	17.349	16.785	579	17.364
Saúde e segurança social	3.043	-	3.043	276.248	7.748	283.996	279.291	7.748	287.039
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	956.780	4	956.784	1.836.765	466.533	2.303.298	2.793.545	466.537	3.260.082
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	1.362	2.890	4.252	1.362	2.890	4.252
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	1.627	27.101	28.728	1.627	27.101	28.728
	1.843.664	1.746	1.845.410	14.435.615	2.370.150	16.805.765	16.279.279	2.371.896	18.651.182
Particulares									
Habitação	-	-	-	14.731.434	1.090.968	15.822.402	14.731.434	1.090.968	15.822.402
Outros fins	-	-	-	5.239.645	696.689	5.936.334	5.239.645	696.689	5.936.334
	-	-	-	19.971.079	1.787.657	21.758.736	19.971.079	1.787.657	21.758.736
	1.843.664	1.746	1.845.410	34.406.694	4.157.807	38.564.501	36.250.358	4.159.553	40.409.918

	31.12.2010								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1.121	-	1.121	41.187	48.069	89.256	42.308	48.069	90.377
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-		28.986	12.292	41.278	28.986	12.292	41.278
Extracção de produtos energéticos									
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos									
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	344.605	42.826	387.431	344.605	42.826	387.431
Indústria têxtil	-	-	-	29.703	15.244	44.947	29.703	15.244	44.947
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	29	1.239	1.268	29	1.239	1.268
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	625	-	625	99.917	10.104	110.021	100.542	10.104	110.646
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	129.163	-	129.163	129.163	-	129.163
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-		-	563	563	-	563	563
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	2.198	830	3.028	2.198	830	3.028
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	23.904	1.284	25.188	23.904	1.284	25.188
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	556.382	4.838	561.220	556.382	4.838	561.220
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-		19.633	2.775	22.408	19.633	2.775	22.408
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	2.090	-	2.090	1.157.044	111	1.157.155	1.159.134	111	1.159.245
Construção	11.834	-	11.834	2.553.471	158.566	2.712.037	2.565.305	158.566	2.723.871
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.261.152	267.749	2.528.901	2.261.152	267.749	2.528.901
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	898.460	27.187	925.647	898.460	27.187	925.647
Transportes, armazenagem e comunicações	207.904	-	207.904	1.088.175	144.794	1.232.969	1.296.079	144.794	1.440.873
Actividades de informação e de comunicação	-	-		8.554	36.571	45.125	8.554	36.571	45.125
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	167	-	167	167	-	167
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	803.571	58.967	862.538	803.571	58.967	862.538
Outras actividades									
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-		732.774	51.192	783.966	732.774	51.192	783.966
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-		16.113	-	16.113	16.113	-	16.113
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	819.265	55	819.320	66.619	-	66.619	885.884	55	885.939
Educação	1	15	16	17.409	137	17.546	17.410	152	17.562
Saúde e segurança social	-	-	-	168.125	2.836	170.961	168.125	2.836	170.961
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	613.250	26	613.276	2.193.944	116.177	2.310.121	2.807.194	116.203	2.923.397
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2.404	2.540	4.944	2.404	2.540	4.944
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	2.384	27.072	29.456	2.384	27.072	29.456
	1.656.090	96	1.656.186	13.246.073	1.033.963	14.280.036	14.902.163	1.034.059	15.936.222
Particulares									
Habitação	-	-	-	13.841.904	702.450	14.544.354	13.841.904	702.450	14.544.354
Outros fins	-	-	-	5.035.094	599.089	5.634.183	5.035.094	599.089	5.634.183
	-	-	-	18.876.998	1.301.539	20.178.537	18.876.998	1.301.539	20.178.537
	1.656.090	96	1.656.186	32.123.071	2.335.502	34.458.573	33.779.161	2.335.598	36.114.759

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros activos tangíveis" na transição para as NIRF não tendo registado qualquer movimento nos exercícios de 2011 e 2010.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011							
	Saldo em 31.12.2010							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Imparidade (Nota 17)	Valor líquido em 2011
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.539.845	(509.482)	97.406	187.851	(27.319)	(45.626)	1.412	1.244.087
Obras em imóveis arrendados	263.145	(117.227)	55.566	40.197	(27.307)	(1.960)	-	212.414
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	219.714	(138.396)	26.747	314	(21.550)	(1.127)	-	85.702
Máquinas e ferramentas	51.357	(38.488)	6.159	-	(4.935)	(40)	-	14.053
Equipamento informático	390.970	(314.669)	19.778	10.418	(39.856)	(98)	-	66.543
Instalações interiores	132.004	(111.434)	7.292	20.463	(8.937)	(193)	-	39.195
Material de transporte	154.592	(83.038)	49.630	-	(29.828)	(3.790)	-	87.566
Equipamento de segurança	37.574	(30.398)	1.034	10.529	(1.829)	-	-	16.910
Outro equipamento	95.040	(74.846)	5.582		(11.831)	-	-	13.945
Activos tangíveis em curso	226.859	-	170.951	(296.009)	-	-	-	101.801
	3.186.134	(1.417.978)	440.145	(26.237)	(173.392)	(52.834)	1.412	1.957.250

	2010							
	Saldo em 31.12.2009							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Imparidade (Nota 17)	Valor líquido em 2010
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.267.532	(491.279)	34.599	237.714	(20.626)	-	2.423	1.030.363
Obras em imóveis arrendados	201.043	(99.930)	47.475	14.627	(17.297)	-	-	145.918
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	220.124	(127.872)	13.202	-	(19.895)	(4.241)	-	81.318
Máquinas e ferramentas	60.255	(45.796)	4.316	-	(5.601)	(305)	-	12.869
Equipamento informático	373.886	(276.756)	17.739	4.280	(39.675)	(3.173)	-	76.301
Instalações interiores	153.392	(131.373)	5.025	1.954	(8.381)	(47)	-	20.570
Material de transporte	155.852	(82.341)	26.440	-	(26.426)	(1.971)	-	71.554
Equipamento de segurança	33.900	(29.638)	2.582	1.983	(1.411)	(240)	-	7.176
Outro equipamento	100.049	(66.644)	666	-	(13.877)	-	-	20.194
Activos tangíveis em curso	250.864	-	236.553	(260.558)	-	-	-	226.859
	2.891.931	(1.351.629)	388.597	-	(153.189)	(9.977)	2.423	1.768.156

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o imobilizado em curso refere-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 e mCve. 39.083, respectivamente (Nota 17).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011					
	Saldo em 31.12.2010					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2011
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	196.857	(181.075)	15.083	26.237	(14.135)	42.967
Outros activos intangíveis em curso	13	(3)	-	-	(4)	6
	196.870	(181.078)	15.083	26.237	(14.139)	42.973

	2010					
	Saldo em 31.12.2009					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2010
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	191.203	(167.264)	5.654	-	(13.811)	15.782
Outros activos intangíveis em curso	-	-	13	-	(3)	10
	191.203	(167.264)	5.667	-	(13.814)	15.792

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2011				2010			
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Lucro / (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Lucro
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	35%	70.000	166.847	2.983.295	1.985.725	121.310	155.410	2.486.905	1.693.578	93.159
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	40.787	588.299	180.427	77.945	36.736	619.157	251.797	62.390
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	49%	14.700	8.281	307.566	290.666	(5.371)	11.628	147.442	123.711	(6.269)
		94.700	215.915	3.879.160	2.456.818	193.884	203.774	3.253.504	2.069.086	149.280

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia) detém uma participação correspondente a 12,5% do capital do Banco. Esta participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção. Esta Sociedade iniciou a sua actividade no exercício de 2010.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2011 e 2010 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	126.394	34.816	-	161.210
Custo de aquisição	-	-	14.700	14.700
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	17.546	-	-	17.546
Resultados em associadas	27.384	5.068	(3.072)	29.380
Dividendos recebidos	(15.914)	(3.148)	-	(19.062)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	155.410	36.736	11.628	203.774
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	(9.600)	-	-	(9.600)
Resultados em associadas	29.886	7.794	(3.347)	34.333
Dividendos recebidos	(8.849)	(3.743)	-	(12.592)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	166.847	40.787	8.281	215.915

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
Activos por impostos correntes		
. IUR a recuperar de 2010	146.894	-
. IUR a recuperar de 2009	172.845	106.344
. IUR a recuperar de 2008	114.517	114.517
. IUR a recuperar de 2006	120.912	-
. IUR a recuperar de 2005	54.646	-
	609.814	220.861
. Pagamentos por conta do exercício	32.638	29.569
	642.452	250.430
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar do exercício	-	(54.216)
	642.452	196.214
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	191.786	284.007
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(38.819)	(55.080)
	152.967	228.927

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2010	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2011
Ajustamentos de conversão para as NIRF	234.381	-	(78.080)	156.301
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de investimentos em associadas	(5.116)	2.447	-	(2.669)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(338)	(327)	-	(665)
	228.927	2.120	(78.080)	152.967

	2010			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2010
Ajustamentos de conversão para as NIRF	312.461	-	(78.080)	234.381
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de investimentos em associadas	(642)	(4.474)	-	(5.116)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(439)	101	-	(338)
	311.380	(4.373)	(78.080)	228.927

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. O activo por imposto diferido relativo aos impactos de transição em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 inclui mCve. 129.740 e mCve 194.611, respectivamente, referentes a ajustamentos de transição originados por responsabilidades com pensões e assistência médica.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	2011		2010	
Resultado antes de impostos		630.345		833.564
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	160.738	25,50%	212.559
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	-7,59%	(47.857)	-7,48%	(62.377)
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-10,48%	(66.080)	-3,32%	(27.636)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública colocados em mercado secundário	-3,31%	(20.848)	-0,64%	(5.314)
. Donativos	-0,30%	(1.911)	-0,32%	(2.654)
. Dividendos	-0,01%	(60)	-0,01%	(57)
. Outros	-0,53%	(3.344)	-0,43%	(3.580)
Encargos não aceites fiscalmente	0,50%	3.169	2,56%	21.355
Prejuízo fiscal	8,61%	54.273	-	-
Correcções de exercícios anteriores	2,46%	15.516	-	-
Imposto sobre o lucro do exercício	3,78%	93.596	15,86%	132.296

Nos termos da legislação em vigor, o Banco beneficia de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efectivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por estes motivos, a carga fiscal apresentada pelo Banco em 2011 e 2010 é inferior à taxa normal de tributação.

Em Setembro de 2009, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. A reclamação foi indeferida pelas autoridades fiscais em Outubro de 2010, tendo o Banco efectuado a liquidação do imposto em dívida. No entanto, por considerar que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, o Banco reconheceu um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 114.517 relativo aos custos com pensões e responsabilidades com saúde.

Em Dezembro de 2010, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde, mas já em 2011 procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo reconhecido um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 172.845.

Em 2011 o Banco recebeu três notificações da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2010, relacionadas essencialmente com custos com pensões e responsabilidades com saúde. O Banco efectuou o pagamento relativo às liquidações adicionais, tendo, no entanto, contestado as correcções efectuadas e registado um activo por imposto corrente no montante total de mCve. 322.452. O Banco encontra-se a aguardar a formalização da aceitação da reclamação por parte da DGCI.

Em 31 de Dezembro de 2011, o impacto das correcções acima descritas pode ser resumido da seguinte forma:

	Exercício de 2005		Exercício de 2006		Exercício de 2007	Exercício de 2008	Exercício de 2009	Exercício de 2010	Total
Notificação:	Setembro 2006	Setembro 2011	Agosto 2007	Setembro 2011	Outubro 2008	Setembro 2009	Dezembro 2010	Agosto 2011	
Natureza das correcções:									
. Pensões de reforma e sobrevivência									
Custo do exercício	-	54.646	-	120.912	-	114.517	94.778	100.511	485.364
Ajustamento de transição	-	-	-	-	-	-	70.977	71.200	142.177
. Outros valores reclamados pelo Banco	-	-	14.802	3.133	22.634	-	7.090	(24.817)	22.842
. Correcções aceites pelo Banco	840	14.363	722	123	-	13.723	5.671	-	35.442
Valor da correcção total	840	69.009	15.524	124.168	22.634	128.240	178.516	146.894	685.825
Valores pagos pelo Banco	**840**	**69.009**	**722**	**121.035**	**-**	**128.240**	**178.516**	**146.894**	**645.256**
Provisões para contingências fiscais (Nota 17)	-	-	14.802	3.876	31.045	-	-	-	49.723
Activos por impostos correntes	-	54.646	-	120.912	-	114.517	172.845	146.894	609.814

Em 31 de Dezembro de 2011 o impacto total do eventual risco associado às situações descritas acima ascende a cerca de mCve. 1.077.451 e inclui as seguintes situações:

- correcções relativas aos exercícios de 2005 a 2010, com excepção do exercício de 2007, no montante de mCve. 609.814. Este montante foi pago pelo Banco, encontrando-se registados em "Activos por impostos correntes" como imposto a recuperar de exercícios anteriores;
- potencial correcção relativa aos custos com pensões no imposto de 2007, considerando o critério adoptado pelas Autoridades Fiscais relativamente aos restantes exercícios, a qual poderá ascender a mCve. 146.673;
- o Banco não acresceu qualquer custo com pensões ou assistência médica na estimativa de imposto a pagar relativa ao exercício de 2011, pelo que a eventual correcção, considerando o critério adoptado pelas Autoridades Fiscais relativamente ao exercício de 2010, poderá ascender a cerca de mCve. 178.564;
- finalmente, o Banco mantém registados activos por impostos diferidos no montante de mCve. 142.401 relativos à parcela dos ajustamentos de transição que serão deduzidos para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Por este motivo, o exercício de 2007 pode ainda ser revisto e corrigido no que respeita à situação acima referida. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer outra correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Outros activos		
Bens arrematados	149.571	122.554
Património artístico	9.728	9.444
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	782	966
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	291.946	288.067
. Outras entidades	58.732	108.257
Bonificações a receber		
. Do Estado	754.359	681.398
. De outras entidades	4.265	4.265
. Outros	2.311	2.311
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.015	19.804
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	21.805	16.245
. Outros	7.591	14.466
Desvios actuariais (Nota 30)		
. Assistência médica	117.332	71.344
Operações activas a regularizar	-	122
Outras contas de regularização	-	21.989
	1.419.437	1.361.232
Imparidade de outros activos (Nota 17):		
. Imóveis recebidos em dação	(33.307)	(20.764)
. Outros activos	(169.892)	(166.237)
	(203.199)	(187.001)
	1.216.238	1.174.231

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Devedores diversos – Estado” inclui mCve. 86.811, correspondentes ao capital e juros vencidos de um crédito com aval do Estado que não foi reembolsado pelo respectivo cliente, tendo por esse motivo sido reclamado ao Estado em Dezembro de 2002. Em 2005, o Tesouro de Cabo Verde comunicou ao Banco a suspensão da confirmação da referida dívida, tendo solicitado a prestação de informação adicional. Não ocorreram desenvolvimentos relevantes nesta situação nos exercícios de 2011 e 2010.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2003.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2011 Valor bruto	2011 Imparidade	2011 Valor líquido	2010 Valor bruto	2010 Imparidade	2010 Valor líquido
anterior a 2009	33.883	(23.677)	10.206	41.462	(19.661)	21.801
2009	9.848	(2.462)	7.386	11.028	(1.103)	9.925
2010	71.682	(7.168)	64.514	70.064	-	70.064
2011	34.158	-	34.158	-	-	-
	149.571	(33.307)	116.264	122.554	(20.764)	101.790

No exercício de 2011, as mais-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 20 (menos-valias líquidas de mCve. 2.994 em 2010 – Nota 27).

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	85.597	66.566
. De instituições de crédito no estrangeiro	196.342	1.486
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	110.000	65.000
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	171.923	196.193
Juros a pagar	1.837	1.854
	565.699	331.099

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais” incluía 58.427 Euros (mCve. 6.442) relativos a uma linha de crédito contraída junto do Banque Européenne d’ Investissment no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vencia juros a uma taxa de juro fixa e foi integralmente reembolsado em 2011.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.455.060 Euros e 1.616.732 Euros (mCve. 160.442 e mCve. 178.269, respectivamente), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	2.747.315	2.776.457
. De residentes	760.683	700.035
	3.507.998	3.476.492
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	15.255.952	15.703.834
. De emigrantes	3.749.820	3.772.610
. De não residentes	2.010.539	2.383.383
	21.016.311	21.859.827
Depósitos obrigatórios	158.915	162.777
	21.175.226	22.022.604
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	20.101.080	18.640.938
. De residentes	7.925.688	7.764.344
. De não residentes	759.393	698.193
	28.786.161	27.103.475
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	2.264.280	2.413.425
Cheques e ordens a pagar	73.795	36.283
	55.807.460	55.052.279
Juros a pagar	652.151	608.715
	56.459.611	55.660.994

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011						
	Saldos em 31.12.2010	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2011	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	2.470.746	495.635	-	(79.124)	-	2.887.257	(79.047)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	39.083	(1.412)	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	187.001	16.198	-	-	-	203.199	
	2.707.671	510.421	-	(79.124)	-	3.138.968	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	5.143.905	-	421.034	(138.149)	(59.667)	5.367.123	
Assistência médica	188.088	-	47.075	(70.404)	57.421	222.180	
	5.331.993	-	468.109	(208.553)	(2.246)	5.589.303	
Contingências fiscais	64.338	(14.615)	-	-	-	49.723	
	5.396.331	(14.615)	468.109	(208.553)	(2.246)	5.639.026	
	8.104.002	495.806	468.109	(287.677)	(2.246)	8.777.994	

	2010						
	Saldos em 31.12.2009	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2010	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	2.227.454	382.822	-	(139.530)	-	2.470.746	(118.518)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	41.506	(2.423)	-	-	-	39.083	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	167.091	19.910	-	-	-	187.001	
	2.446.892	400.309	-	(139.530)	-	2.707.671	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	5.197.798	-	439.321	(141.863)	(351.351)	5.143.905	
Assistência médica	168.297	-	38.869	(64.255)	45.177	188.088	
	5.366.095	-	478.190	(206.118)	(306.174)	5.331.993	
Contingências fiscais (Nota 13)	85.976	49.652	-	(71.290)	-	64.338	
	5.452.071	49.652	478.190	(277.408)	(306.174)	5.396.331	
	7.898.963	449.961	478.190	(416.938)	(306.174)	8.104.002	

18. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do principal será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusivé). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Credores		
Recursos - conta activa	130.744	138.352
Recursos - conta caução	861	33.776
Recursos consignados	2.490	2.490
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	59.375	58.631
Previdência social	10.623	9.869
Outros	726	1.611
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	36.000	37.500
. Férias não gozadas	4.638	5.074
Gastos gerais administrativos	7.461	6.548
Outros	72.864	50.949
Receitas com rendimento diferido		
. Comissões de abertura de créditos em conta corrente	10.311	7.213
. Anuidades de cartões	16.857	19.834
. De garantias prestadas	7.949	7.889
. Outros	428	506
Desvios actuariais (Nota 30)		
. Pensões de reforma	365.105	285.562
Operações passivas a regularizar	165	-
Outras contas de regularização	351.838	-
	1.078.435	665.804

20. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2011, está representado por 1.324.765 de acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas, distribuído da seguinte forma:

i) 875.000 acções nominativas do tipo A;
ii) 449.765 acções do tipo B, ao portador, podendo ser titulares pessoas singulares e/ou colectivas nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional.

As acções do tipo A apenas poderão ser transmitidas com autorização do Governo. Não se consideram tomadas contra o voto expresso correspondente às acções pertencentes ao Estado, qualquer que seja o seu número, as deliberações relativas às seguintes matérias:

a) Alterações do contrato de sociedade que impliquem a perda das prerrogativas do accionista Estado decorrentes da "Golden Share";
b) Fusão, cisão transformação e dissolução do Banco;
c) Aprovação do Plano Estratégico.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	165.826	12,52%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	132.476	10,00%
Outros accionistas	329.017	24,84%
	1.324.765	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2011	2010
Reservas de reavaliação		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquidas de impostos diferidos		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	(366.946)	(368.227)
- De impostos diferidos (Nota 13)	(665)	(338)
	(367.611)	(368.565)
Outras reservas e resultados transitados, líquidas de impostos diferidos		
. Reserva legal	638.924	568.797
. Outras reservas	2.069.480	1.796.126
. Resultados transitados	(1.174.876)	(1.174.876)
	1.533.528	1.190.047
Lucro do exercício	536.749	701.268
	1.702.666	1.522.750

Reservas de reavaliação

Reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.910.781	2.712.962
. Crédito ao exterior	75.706	103.302
. Crédito ao pessoal	42.643	40.440
. Crédito vencido	21.507	41.459
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	526.772	543.364
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	90.978	123.166
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	674	1.009
. Títulos de regularização monetária	21.663	25.786
. Aplicações a muito curto prazo	3.308	3.571
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	7.374	5.475
Juros de depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro	845	330
Outros juros e rendimentos similares	2.216	715
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	136.859	169.252
	3.841.326	3.770.831

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de recursos do Banco de Cabo Verde	11.754	666
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	104.198	65.794
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	115.881	110.802
. De residentes - Poupança Jovem	38.102	36.172
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	786.293	753.707
. De residentes	301.264	304.083
. De não residentes	22.643	20.127
. De outras instituições de crédito no país	2.597	2.284
Outros juros e encargos similares	44.555	11.871
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	1.636	676
	1.428.923	1.306.182

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	187.674	244.614
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	193	133
. Visa International Service Association	12	11
	188.853	245.732

Em 2011 e 2010, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem acertos relativos às estimativas registadas no exercício anterior, nos montantes de mCve. 47 e mCve. 3, respectivamente.

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	72.657	61.149
Comissões por ordens de pagamento emitidas	65.604	63.954
Garantias e avales prestados	59.857	52.038
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	35.767	22.629
Comissões Wester Union	23.581	23.692
Cobrança de valores	16.195	18.265
Créditos documentários	13.416	25.164
Outros	82.053	72.266
	369.130	339.157
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(25.569)	(28.459)
Visa International Service Association	(12.184)	(6.944)
Comissões de correspondentes	(7.965)	(10.729)
Outros	(49)	(103)
	(45.767)	(46.235)

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011			2010		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	131.302	(30.535)	100.767	115.112	(13.521)	101.591
Resultados em notas e moedas	64.223	(27.525)	36.698	61.843	(28.276)	33.567
	195.525	(58.060)	137.465	176.955	(41.797)	135.158

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	8.867	5.453
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 14)	20	(2.994)
	8.887	2.459

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	74.563	77.866
. Outros	13.830	15.565
Reembolso de despesas		
. Correios	38.717	29.076
. Outros	24.297	23.204
Outros	38.943	58.211
	190.350	203.922
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(9.029)	(6.432)
Quotizações e donativos	(807)	(1.243)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(486)	(542)
Multas e outras penalidades legais	(13.976)	(19.446)
Outros	(7.862)	(16.056)
	(32.160)	(43.719)
	158.190	160.203

29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações de empregados	723.653	688.661
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	19.725	20.306
Prémios de produtividade	41.665	40.404
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 30)	421.034	439.321
. Assistência médica (Nota 30)	47.075	38.869
. Previdência social	46.238	42.379
. Outros	4.854	4.471
Outros custos com pessoal	32.040	15.567
	1.336.284	1.289.978

No exercício de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Prémios de produtividade" inclui um montante de mCve. 5.665 e mCve. 2.904 relativo à insuficiência da estimativa constituída nos exercícios anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2011	2010
Administradores	5	5
Directores	9	9
Chefias	86	79
Técnicos	163	217
Administrativos	96	43
Pessoal auxiliar	88	98
	447	451

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os números apresentados acima incluem 31 e 42 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respectivamente.

30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m)). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo foram efectuadas avaliações actuariais pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

Método actuarial	Project United Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV 80
Taxa de desconto	6%
Taxa de crescimento dos salários	3,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%
Idade de reforma	58 anos ou 35 anos de serviço

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2011 e 2010 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2011		2010	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	3,5%	3,22%	3,5%	2,9%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	0,87%	2,0%	1,5%

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos actuariais efectuados, ascendiam a:

	2011		2010	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Activos e ex-funcionários	234	3.270.221	239	3.085.671
Reformados e pré-reformados	115	1.957.697	111	1.912.712
Pensionistas	17	125.812	17	127.710
Fundo de reestruturação	7	13.393	8	17.812
Total	373	5.367.123	375	5.143.905

Nos estudos actuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**5.197.798**
Contribuições dos empregados	19.311
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	439.321
Pensões pagas	(141.863)
Desvios actuariais	(370.662)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**5.143.905**
Contribuições dos empregados	19.876
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	421.034
Pensões pagas	(138.149)
Desvios actuariais	(79.543)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**5.367.123**

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve uma avaliação actuarial efectuada por uma entidade especializada com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2011	2010
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	6%	6%
Taxa de crescimento dos salários	3,5%	4,5%
Taxa de inflação das despesas médicas	3,0%	3,0%

Com base neste estudo, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respectivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 192.460 e mCve. 188.088, respectivamente (Nota 17).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**168.297**
Contribuições dos empregados	11.818
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	38.869
Despesas médicas pagas	(64.255)
Desvios actuariais	33.359
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**188.088**
Contribuições dos empregados	11.433
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	47.075
Despesas médicas pagas	(70.404)
Desvios actuariais	45.988
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**222.180**

30.3 Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das NIRF nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrado como se segue:

	Pensões	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Notas 14 e 19)	85.100	37.985	123.085
Desvios actuariais no ano	(370.662)	36.603	(334.059)
Amortização de desvios acima do corredor	-	(2.300)	(2.300)
Outros	-	(944)	(944)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Notas 14 e 19)	(285.562)	71.344	(214.218)
Desvios actuariais no ano	(79.543)	52.250	(27.293)
Amortização de desvios acima do corredor	-	(6.262)	(6.262)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (Notas 14 e 19)	(365.105)	117.332	(247.773)

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Encargos com a SISP	113.308	102.184
Conservação e reparação	102.061	97.977
Publicidade e edição de publicações	89.663	101.480
Água, gás e electricidade	74.171	61.116
Comunicações e despesas de expedição	67.129	67.393
Rendas e alugueres	34.383	34.882
Segurança e vigilância	27.883	26.143
Impressos e material de consumo corrente	26.877	28.557
Transporte de valores	23.377	19.793
Combustíveis	16.207	10.008
Seguros	11.331	10.055
Consultores e auditores externos	10.591	24.828
Transportes	9.973	11.640
Ajudas de custo	7.373	7.214
Assistência técnica	5.746	6.120
Despesas de alojamento	4.819	8.318
Despesas de representação	4.802	5.702
Formação de pessoal	4.574	15.808
Outros	58.307	69.296
	692.575	708.514

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	3.932.351	3.727.146
. Créditos documentários abertos	196.458	553.840
	4.128.809	4.280.986
Depósito e guarda de valores	10.541.351	10.520.078
	14.670.160	14.801.064

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a actividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

- Negociação e vendas – compreende a actividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

- Pagamento e liquidação – inclui a actividade relacionada com operações de crédito e débito.

- Banca comercial – inclui a actividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao sector público.

- Banca de retalho – compreende a actividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2011						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	526.772	36.081	-	1.504.292	1.774.181	-	3.841.326
Juros e encargos similares	(106.092)	(18.508)	-	(236.704)	(1.067.619)	-	(1.428.923)
MARGEM FINANCEIRA	420.680	17.573	-	1.267.588	706.562	-	2.412.403
Rendimentos de instrumentos de capital	188.853	-	-	-	-	-	188.853
Rendimentos com serviços e comissões	-	89.550	48.810	105.886	124.884		369.130
Encargos com serviços e comissões	-	(33.534)	(12.184)	-	(49)		(45.767)
Resultados de reavaliação cambial	-	137.465	-	-	-	-	137.465
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	8.887	8.887
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	158.190	158.190
PRODUTO BANCÁRIO	609.533	211.054	36.626	1.373.474	831.397	167.077	3.229.161
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(2.180)	-	-	(226.418)	(267.039)	78.878	(416.759)
	607.353	211.054	36.626	1.147.056	564.358	245.955	2.812.402
Outros custos e proveitos							(2.275.653)
Resultado líquido do exercício							**536.749**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	9.726.629	-	-	-	-	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	656.366	-	-	-	-	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.310.502	-	-	-	-	6.310.502
Aplicações em instituições de crédito	-	1.210.696	-	-	-	-	1.210.696
Crédito a clientes	4.174.206	-	-	17.205.453	20.292.316	-	41.671.975
Recursos de outras instituições de crédito	-	565.699	-	-	-	-	565.699
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	10.245.940	46.213.671	-	56.459.611

	2010						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	543.364	36.885	-	1.338.061	1.852.521	-	3.770.831
Juros e encargos similares	(66.477)	(6.764)	-	(262.410)	(970.531)	-	(1.306.182)
MARGEM FINANCEIRA	476.887	30.121	-	1.075.651	881.990	-	2.464.649
Rendimentos de instrumentos de capital	245.732	-	-	-	-	-	245.732
Rendimentos com serviços e comissões	-	83.634	31.218	48.193	176.112	-	339.157
Encargos com serviços e comissões	-	(39.188)	(6.944)	-	(103)	-	(46.235)
Resultados de reavaliação cambial	-	135.158	-	-	-	-	135.158
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	2.459	2.459
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	160.203	160.203
PRODUTO BANCÁRIO	722.619	209.725	24.274	1.123.844	1.057.999	162.662	3.301.123
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(33.375)	-	-	(170.844)	(60.086)	(67.138)	(331.443)
	689.244	209.725	24.274	953.000	997.913	95.524	2.969.680
Outros custos e proveitos							(2.268.412)
Resultado líquido do exercício							**701.268**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	5.862.769	-	-	-	-	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	755.890	-	-	-	-	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.121.499	-	-	-	-	6.121.499
Aplicações em instituições de crédito	-	5.745.534	-	-	-	-	5.745.534
Crédito a clientes	4.207.549	-	-	14.165.402	19.408.142	-	37.781.093
Recursos de outras instituições de crédito	-	331.099	-	-	-	-	331.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	11.846.460	43.814.534	-	55.660.994

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2011				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.726.629	46.453	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	399.540	801.459	-	-	-
Títulos de dívida pública	3.457.130	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	6.433.170	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	87.843	296.208
Imparidade	33.409	15.594	-	10.841	15.648
Outros activos	1.236.806	19.197	10.834	247	2.242
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	15.360	-	149.778
Recursos de clientes e outros empréstimos	505.847	-	-	964	29.031
Outros passivos	70.698	-	-	7.120	13.356
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	2.149.478	-	-	150.000	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	25.646	7.325	-	302	143
Rendimentos de instrumentos de capital	187.674	-	-	-	-
Custos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	2.597
Encargos com serviços e comissões	-	2.619	-	-	25.569
Gastos gerais administrativos	-	-	-	34.680	113.308
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	1.619
	24.226.027	892.647	26.194	341.997	690.848

	2010				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.862.769	104.475	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	5.048.516	637.119	-	-	-
Títulos de dívida pública	5.293.748	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	6.063.620	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	102.806	133.090
Imparidade	33.409	15.594	-	10.841	625
Outros activos	1.216.861	20.966	19.260	1.800	28.493
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	562	-	100.423
Recursos de clientes e outros empréstimos	280.663	-	-	915	16.845
Outros passivos	70.096	-	-	3.470	13.040
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.382.478	-	-	150.000	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	30.365	5.386	-	3.332	-
Rendimentos de instrumentos de capital	244.614	-	-	-	-
Custos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	2.284
Encargos com serviços e comissões	-	4.797	-	-	28.459
Gastos gerais administrativos	-	-	-	38.271	102.184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	184
	25.527.139	788.337	19.822	361.435	466.976

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2011, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 19.725 (mCve. 26.556 no exercício de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 86.842 e mCve. 84.066, respectivamente.

35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direcção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objectivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O sector financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e acções.

O Banco tem uma carteira de activos financeiros que possui alguma representatividade do activo, mas que não foi constituída com o objectivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de activos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No sector bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 16%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de Novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direcção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de activos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição.

	2011								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.726.629	-	-	-	-	-	-	-	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	656.366	-	-	-	-	-	-	-	656.366
Aplicações em instituições de crédito	1.210.696	-	-	-	-	-	-	-	1.210.696
Títulos de dívida pública	-	-	407.005	101.751	1.290.297	808.922	849.155	-	3.457.130
Crédito a clientes (valores brutos)	6.355.491	1.998.161	2.370.155	3.253.105	5.356.854	3.071.658	6.671.089	15.482.719	44.559.232
	17.949.182	1.998.161	2.777.160	3.354.856	6.647.151	3.880.580	7.520.244	15.482.719	59.610.053
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(403.814)	-	-	-	-	(161.885)	-	-	(565.699)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.111.590)	(5.453.521)	(6.246.520)	(15.266.223)	(4.381.655)	(102)	-	-	(56.459.611)
	(25.515.404)	(5.453.521)	(6.246.520)	(15.266.223)	(4.381.655)	(161.987)	-	-	(57.025.310)
Diferencial	(7.566.222)	(3.455.360)	(3.469.360)	(11.911.367)	2.265.496	3.718.593	7.520.244	15.482.719	2.584.743

	2010								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.862.769	-	-	-	-	-	-	-	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	755.890	-	-	-	-	-	-	-	755.890
Aplicações em instituições de crédito	5.745.534	-	-	-	-	-	-	-	5.745.534
Títulos de dívida pública	-	-	102.114	2.845.439	612.682	743.480	990.033	-	5.293.748
Crédito a clientes (valores brutos)	3.886.903	2.339.380	2.831.246	1.223.613	7.181.870	3.311.802	5.718.463	13.758.562	40.251.839
	16.251.096	2.339.380	2.933.360	4.069.052	7.794.552	4.055.282	6.708.496	13.758.562	57.909.780
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(110.150)	(35.191)	(6.478)	-	-	-	(179.280)	-	(331.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.959.397)	(5.769.392)	(7.491.807)	(16.191.818)	(248.580)	-	-	-	(55.660.994)
	(26.069.547)	(5.804.583)	(7.498.285)	(16.191.818)	(248.580)	-	(179.280)	-	(55.992.093)
Diferencial	(9.818.451)	(3.465.203)	(4.564.925)	(12.122.766)	7.545.972	4.055.282	6.529.216	13.758.562	1.917.687

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efectua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2011	2010
Títulos de dívida pública	3.457.130	5.293.748
Aplicações em instituições de crédito	1.210.696	5.745.534
Activos financeiros disponíveis para venda	187.722	244.617
Crédito a clientes	41.671.975	37.781.093
	43.070.393	43.771.244
Garantias e avales	3.932.351	3.727.146
Créditos documentários abertos	196.451	553.840
	4.128.802	4.280.986
Exposição máxima	50.656.325	53.345.978

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

2011

	Créditos com análise colectiva				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	12.601.798	1.233.420	1.228.639	88.406	15.152.263
Vencido	4.116	4.825	1.644.883	-	1.653.824
	12.605.914	1.238.245	2.873.522	88.406	16.806.087
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.058.106	-	-	-	4.058.106
	4.058.106	-	-	-	4.058.106
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.629.261	282.693	787.198	-	14.699.152
Vencido	5.206	8.037	120.166	-	133.409
	13.634.467	290.730	907.364	-	14.832.561
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.381.844	15.015	74.970	-	1.471.829
Vencido	1.775	2.263	31.353	-	35.391
	1.383.619	17.278	106.323	-	1.507.220
Pequenos negócios					
Vincendo	1.538.478	29.357	213.666	-	1.781.501
Vencido	958	3.483	155.033	-	159.474
	1.539.436	32.840	368.699	-	1.940.975
Outros créditos					
Vincendo	2.825.752	343.937	139.292	-	3.308.981
Vencido	23.427	15.579	129.670	-	168.676
	2.849.179	359.516	268.962	-	3.477.657
Garantias prestadas					
Vincendo	57.849	-	-	-	57.849
Sector Público					
Vincendo	1.856.518	1	-	-	1.856.519
Vencido	1.672	-	74	-	1.746
	1.858.190	1	74	-	1.858.265
Total crédito vincendo	37.949.606	1.904.423	2.443.765	88.406	42.386.200
Total crédito vencido	37.154	34.187	2.081.179	-	2.152.520
Total de crédito	37.986.760	1.938.610	4.524.944	88.406	44.538.720

2010

	Créditos com análise colectiva				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	10.095.583	2.411.866	1.291.693	222.132	14.021.274
Vencido	7.408	9.252	501.167	-	517.827
	10.102.991	2.421.118	1.792.860	222.132	14.539.101
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.097.684	66.757	12.237	-	4.176.678
	4.097.684	66.757	12.237	-	4.176.678
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	12.859.655	104.215	799.461	-	13.763.331
Vencido	2.819	3.677	46.851	-	53.347
	12.862.474	107.892	846.312	-	13.816.678
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.110.795	4.873	90.725	-	1.206.393
Vencido	684	1.082	25.303	-	27.069
	1.111.479	5.955	116.028	-	1.233.462
Pequenos negócios					
Vincendo	1.772.555	34.004	264.679	-	2.071.238
Vencido	1.189	4.285	104.981	-	110.455
	1.773.744	38.289	369.660	-	2.181.693
Outros créditos					
Vincendo	2.135.145	411.380	251.411	-	2.797.936
Vencido	18.192	11.606	75.152	-	104.950
	2.153.337	422.986	326.563	-	2.902.886
Garantias prestadas					
Vincendo	103.380	-	-	-	103.380
Sector Público					
Vincendo	1.441.396	375	-	-	1.441.771
Vencido	-	54	42	-	96
	1.441.396	429	42	-	1.441.867
Total crédito vincendo	33.616.193	3.033.470	2.710.206	222.132	39.582.001
Total crédito vencido	30.292	29.956	753.496	-	813.744
Total de crédito	33.646.485	3.063.426	3.463.702	222.132	40.395.745

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 10.220.010, ascendendo a imparidade a mCve. 1.802.183. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.
Na coluna "Outros Saldos" foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

	2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.726.629	9.726.629	-	-	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	656.366	656.366	-	-	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda	6.255.257	6.255.257	-	55.245	6.310.502
Aplicações em instituições de crédito	1.210.696	1.210.696	-	-	1.210.696
Títulos de dívida pública	3.457.130	3.449.441	(7.689)	-	3.457.130
Crédito a clientes	40.362.392	39.535.396	(826.996)	1.309.583	41.671.975
	61.668.470	60.833.785	(834.685)	1.364.828	63.033.298
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	565.699	565.699	-	-	565.699
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.459.611	56.213.878	(245.733)	-	56.459.611
Outros passivos subordinados	501.018	557.810	56.792	(1.084)	499.934
	57.526.328	57.337.387	(188.941)	(1.084)	57.525.244

	2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.862.769	5.862.769	-	-	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	755.890	755.890	-	-	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda	6.066.254	6.066.254	-	55.245	6.121.499
Aplicações em instituições de crédito	5.745.534	5.745.534	-	-	5.745.534
Títulos de dívida pública	5.293.748	5.253.372	(40.376)	-	5.293.748
Crédito a clientes	38.120.017	37.805.254	(314.763)	(338.924)	37.781.093
	61.844.212	61.489.073	(355.139)	(283.679)	61.560.533
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	331.099	299.128	(31.971)	-	331.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.660.904	55.674.063	13.159	-	55.660.904
Outros passivos subordinados	500.886	549.512	48.626	(1.342)	499.544
	56.492.889	56.522.703	29.814	(1.342)	56.491.547

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.403 e mCve. 2.517, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2011					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.492.478	754.636	379.349	(657.238)	(770.334)	(1.281.316)
Total activo sensível	1.492.478	754.636	379.349	(657.238)	(770.334)	(1.281.316)

	2010					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.717.310	810.928	394.403	(646.845)	(728.548)	(1.012.706)
Total activo sensível	1.717.310	810.928	394.403	(646.845)	(728.548)	(1.012.706)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 1200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2011	(273.955)	(130.473)	(58.731)	84.751	156.492	55.884
Exercício de 2010	(276.562)	(133.136)	(61.423)	82.003	153.716	297.142

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2011				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.109.052	446.618	122.541	48.418	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	257.486	158.137	226.049	14.694	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.321.343	-	-	-	6.321.343
Aplicações em instituições de crédito	399.540	132.998	678.158	-	1.210.696
Títulos de dívida pública	3.457.130	-	-	-	3.457.130
Crédito a clientes (valores brutos)	42.981.525	1.556.508	21.199	-	44.559.232
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	215.915	-	-	-	215.915
Outros activos	1.419.437	-	-	-	1.419.437
Imparidade acumulada	(2.971.466)	(127.176)	(2.655)	-	(3.101.297)
	61.189.962	2.167.085	1.045.292	63.112	64.465.451
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(392.364)	(171.923)	(1.412)	-	(565.699)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(54.238.510)	(1.167.079)	(1.045.887)	(8.135)	(56.459.611)
Outros passivos subordinados	(499.934)	-	-	-	(499.934)
Outros passivos	(877.768)	(58.160)	(139.190)	(3.317)	(1.078.435)
	(56.008.576)	(1.397.162)	(1.186.489)	(11.452)	(58.603.679)
Exposição líquida	5.181.386	769.923	(141.197)	51.660	5.861.772

	2010				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.332.655	414.864	75.997	39.253	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.560	290.386	397.695	21.249	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.132.340	-	-	-	6.132.340
Aplicações em instituições de crédito	5.048.516	271.700	425.318		5.745.534
Titulos de dívida pública	5.293.748	-	-	-	5.293.748
Crédito a clientes (valores brutos)	39.058.557	1.159.846	33.436		40.251.839
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	203.774	-	-	-	203.774
Outros activos	1.510.510	-	205.662	-	1.716.172
Imparidade acumulada	(2.616.692)	(88.074)	(2.022)	(883)	(2.707.671)
	60.009.968	2.048.722	1.136.086	59.619	63.254.395
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(133.535)	(196.193)	(1.371)	-	(331.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(53.470.969)	(1.255.109)	(928.772)	(6.144)	(55.660.994)
Outros passivos subordinados	(499.544)	-	-	-	(499.544)
Outros passivos	(325.182)	(287.039)	(141.107)	(22.799)	(776.127)
	(54.429.230)	(1.738.341)	(1.071.250)	(28.943)	(57.267.764)
Exposição líquida	5.580.738	310.381	64.836	30.676	5.986.631

36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da actividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da actividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Activos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Activos Ponderados pelo Risco de Crédito, Activos Ponderados pelo Risco de Mercado e Activos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respectivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2011:

Capital realizado		1.318.648		
Prémios de emissão de acções e outros títulos		0		
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos		2.708.405		
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores				
Resultados positivos do último exercício				
Resultados positivos provisórios do exercício em curso		348.887		
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas		365.105		
Interesses minoritários [1]				
SOMA			4.741.044	
Activos intangíveis		42.974		
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores		216.121		
Resultados negativos do último exercício				
Resultados negativos provisórios do exercício em curso				
Insuficiência de provisões		719.067		
Reservas de reavaliação negativas				
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas		117.331		
Acções próprias				
Diferenças positivas de primeira consolidação [1]				
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial [1]				
SOMA			1.095.492	
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO				3.645.552
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer				
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS				3.645.552
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis		0		
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro				
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	500.000	500.000		
Outras reservas de reavaliação		969		
Outros elementos				
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES			500.969	500.969
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES				4.146.521
Participações a deduzir:				
Superiores a 10 % do capital		47.440		
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	44.703	0	47.440	
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	5.902		5.902	
Fundos próprios destinados a coberturas especificas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)				
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)				
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO				4.093.180
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)				
FUNDOS PRÓPRIOS				**4.093.180**

[1] Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adopção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Activos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de Março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do activo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respectivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de Dezembro de 2011, ascende a 4,1 milhões de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Activo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 11,69%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de auto-avaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua actuação pela adopção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

Perante isso, e considerando o efeito positivo esperado da gestão do capital e melhoria da qualidade dos Activos e dos Passivos, o Banco criou a Direcção de Gestão de Risco cuja actuação poderá se revelar uma vantagem competitiva para a instituição.

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço em 31/12/2011

	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.726.628.736		9.726.628.736
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	656.366.334		656.366.334
Activos financeiros disponíveis para venda	6.321.342.899	10.841.439	6.310.501.460
Aplicações em instituições de crédito	1.210.695.517		1.210.695.517
Créditos a clientes	44.559.231.699	2.887.257.226	41.671.974.473
Títulos de Dívida Pública	3.457.130.058		3.457.130.058
Propriedades de investimento	3.029.000	103.600	2.925.400
Outros activos tangíveis	3.486.481.386	1.529.231.447	1.957.249.940
Activos intangíveis	238.190.922	195.216.989	42.973.933
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	215.914.382		215.914.382
Activos por Impostos Correntes	642.452.439		642.452.439
Activos por impostos diferidos	191.786.474		191.786.474
Outros Activos	1.419.437.297	203.199.252	1.216.238.045
Total de Activos	**72.128.687.145**	**4.825.849.953**	**67.302.837.192**
			Dez-11
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			565.699.327
Recursos de Clientes e outros empréstimos			56.459.610.845
Provisões			5.639.025.140
Passivos por impostos correntes			0
Passivos por impostos diferidos			38.819.276
Outros Passivos Subordinados			499.933.955
Outros passivos			1.078.435.233
Total de Passivo			**64.281.523.776**
Capital			
Capital			1.318.647.814
Reservas de reavaliação			-367.610.834
Outras reservas e resultados transitados			1.533.527.919
Resultado do exercício			536.748.517
Total de Capital			**3.021.313.416**
Total de Passivo + Capital			**67.302.837.192**

O Presidente C. A . A Responsável da Contabilidade A Directora Financeira e Internacional

....

A. Joaquim de Sousa Maria de Fátima N. Evora Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados em 31/12/2011

Descritivo	Dez-11
Juros e Rendimentos Similares	3.841.325.666
Juros e Encargos Similares	1.428.923.464
Margem financeira	**2.412.402.202**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	188.853.538
Rendimentos com Serviços e Comissões	369.129.527
Encargos com Serviços e Comissões	45.766.845
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0
Resultados de Reavaliação Cambial	137.464.743
Resultados de Alienação de Outros Activos	8.886.730
Outros Resultados de Exploração	158.190.768
Produto Bancário	**3.229.160.663**
Custos com Pessoal	1.336.284.671
Gastos Gerais Administrativos	692.575.454
Amortizações do Exercício	187.530.589
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-14.615.000
Imparidade Out. Activos Financeiros Líq. Reversões/Recuperações	416.587.539
Imparidade Outros Activos Líq. de Reversões e Recuperações	14.786.369
Resultados Filiais excluidas Consol., Assoc.Empreend. Conjunto	34.333.645
Resultados antes Impostos	**630.344.687**
Impostos	
Correntes	15.515.021
Diferidos	78.081.149
Resultados Líquido	**536.748.517**

O Presidente C. A . A Responsável da Contabilidade A Directora Financeira e Internacional

....

A. Joaquim de Sousa Maria de Fátima N. Evora Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost Income - Custo Operativo /Produto Bancário

PRODUTO BANCÁRIO

RUBRICAS	2010	2011	Variação 2010/2011	
Margem Financeira	2.464.648.597	2.412.402.202	-2,1%	-52.246.395
+ Margem Complementar	836.473.933	816.758.461	-2,4%	-19.715.472
= Produto Bancário	**3.301.122.530**	**3.229.160.663**	**-2,2%**	**-71.961.867**

CUSTO OPERATIVO

RUBRICAS	2010	2011	Variação 2010/2011	
Custo Administrativo	1.998.491.531	2.028.860.125	1,5%	30.368.594
Amortizações	167.004.001	187.530.589	12,3%	20.526.589
= Custo Operativo	**2.165.495.531**	**2.216.390.714**	**2,4%**	**50.895.183**

COST to INCOME

RUBRICAS	2010	2011
COST to INCOME		
= Custo Operativo/Produto bancário	65,6%	68,6%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura 2010/2011

RÚBRICAS	Dez-10		Dez-11	
	VALORES	%	VALORES	%
1-Créd. C. Prazo/Crédito Clientes	4.039.828.714 36.114.760.722	**11,2%**	4.315.188.275 40.409.911.794	**10,7%**
2-Créd. M.L. Prazo/Crédito Clientes	32.074.932.009 36.114.760.722	**88,8%**	36.094.723.519 40.409.911.794	**89,3%**
3-Créd.Venc./Crédito Clientes	2.335.598.376 36.114.760.722	**6,5%**	4.159.552.478 40.409.911.794	**10,3%**
4-Imparidade Créd.Venc./Créd.Venc.	2.437.371.518 2.335.598.376	**104,4%**	2.851.702.370 4.159.552.478	**68,6%**
5-Crédito Clientes/Depósitos	36.114.760.722 52.602.572.312	**68,7%**	40.409.911.794 53.469.384.826	**75,6%**
6-Crédito Clientes/Dep. Prazo	36.114.760.722 30.579.966.526	**118,1%**	40.409.911.794 32.294.159.574	**125,1%**
7-Crédito Normal/Dep.Prazo	33.779.162.346 30.579.966.526	**110,5%**	36.250.359.316 32.294.159.574	**112,3%**
8-Crédito C.Prazo/Dep.Prazo	4.039.828.714 30.579.966.526	**13,2%**	4.315.188.275 32.294.159.574	**13,4%**
9-Créd. M.L. Prazo/Dep.Prazo	32.074.932.009 30.579.966.526	**104,9%**	36.094.723.519 32.294.159.574	**111,8%**
10-Depós.Ordem/Depós.Totais	22.022.605.786 52.602.572.312	**41,9%**	21.175.225.252 53.469.384.826	**39,6%**
11-Depós.Prazo/Depós.Totais	30.579.966.526 52.602.572.312	**58,1%**	32.294.159.574 53.469.384.826	**60,4%**

Rácios de Avaliação de Desempenho 2010/2011

RÚBRICAS	Dez-10		Dez-11	
	VALORES	%	VALORES	%
1-RCP=Resultado Líquido/Capitais Próprios	701.268.322 2.841.397.789	**24,7%**	536.748.517 2.931.355.603	**18,3%**
2-RDA=Resultado Líquido/Activo Médio	701.268.322 65.632.523.644	**1,1%**	536.748.517 66.467.680.418	**0,8%**
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	701.268.322 9.636.068.109	**7,3%**	536.748.517 8.400.366.348	**6,4%**
4-RA = Proveitos/Activo	9.636.068.109 65.632.523.644	**14,7%**	8.400.366.348 67.302.837.192	**12,5%**
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	2.464.648.597 65.632.523.644	**3,8%**	2.412.402.202 67.302.837.192	**3,6%**
ROA	1,1%		0,8%	
ROE	24,7%		18,3%	

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios
RDA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez 2010/2011

RUBRICAS	Dez-10		Dez-11	
	VALORES	%	VALORES	%
1-Depósitos Totais/Activo	52.602.572.312 65.632.523.644	**80,1%**	53.469.384.826 66.467.680.418	**80,4%**
2-Crédito Clientes/Activo	36.114.760.722 65.632.523.644	**55,0%**	40.409.911.794 66.467.680.418	**60,8%**
3-Crédito CurtoPrazo/Activo	4.039.828.714 65.632.523.644	**6,2%**	4.315.188.275 66.467.680.418	**6,5%**
4-Crédito M.Longo Prazo/Activo	32.074.932.009 65.632.523.644	**48,9%**	36.094.723.519 66.467.680.418	**54,3%**
5-Crédito Clientes/Depósitos Totais	36.114.760.722 52.602.572.312	**68,7%**	40.409.911.794 53.469.384.826	**75,6%**
6-Aplicações de Curto Prazo/Activo	9.786.146.702 65.632.523.644	**14,9%**	5.525.638.924 66.467.680.418	**8,3%**

Indicadores de Produtividade 2010/2011

RÚBRICAS	Dez-10		Dez-11	
	VALORES	Contos	VALORES	Contos
1-Cr. e Depósitos/nº de Empregados Activo	88.717.333 446	**198.918**	93.879.297 446	**210.492**
2-Produto Bancário/nº de Empregados Activo	3.301.123 446	**7.402**	3.229.161 446	**7.240**
3-Crédito e Depósitos/nº de Balcões	88.717.333 32	**2.772.417**	93.879.297 32	**2.933.728**

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2010	2011
1. ROE	24,7%	18,3%
2. ROA	1,1%	0,8%
3. Cost/income	65,6%	68,6%
4. Volume do Crédito Vencido	2.335.598	4.159.552
5. Solvabilidade	12,77%	11,69%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base/Activo Ponderado)	13,81%	12,28%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	68,66%	75,58%
8. Produtividade por empregado	1.587	1.203
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos)/Nº empregados	198.918	210.492
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	7.402	7.240
9. Cobertura do Imobilizado	235,70%	207,79%
10. Fundos Próprios	4.198.029	4.093.180

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do
Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos capitais próprios do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2011 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, o qual inclui duas reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 4 e 5 do Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de Abril de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 acompanhadas do Relatório de Auditoria

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. ("Banco" ou "BCA"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de mCve. 67.302.837 e capitais próprios de mCve. 3.021.314, incluindo um resultado líquido de mCve. 536.749, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 36).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 e 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Reservas

4. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2011 o Banco tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2003 no montante de mCve. 754.359 (mCve. 681.398 em 31 de Dezembro de 2010), incluindo mCve. 612.221 relativos a crédito à habitação. No exercício de 2010, o Banco recebeu o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com o BCA relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questiona a elegibilidade de um conjunto de operações, com base numa amostra de créditos bonificados concedidos desde 1994. O Banco contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010, e segundo comunicação de 14 de Fevereiro de 2012 a Direcção Geral do Tesouro (DGT) indica não estar ainda em condições de confirmar os referidos valores de bonificações reclamadas. Actualmente, estão em curso negociações entre o Banco e a DGT com vista à resolução desta situação. Não obstante o Conselho de Administração do Banco manter o entendimento que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, uma vez que as referidas negociações ainda se encontram em curso não nos é possível concluir quanto à integral recuperabilidade dos referidos saldos de bonificações a receber, líquidos de imparidade, que em 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 720.951 mCve.

5. Conforme descrito na Nota 13, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde efectuaram um conjunto de correcções à matéria colectável do Banco dos exercícios de 2005 a 2010, que incluíram a não aceitação dos custos do exercício com pensões e das variações patrimoniais em 2009 e 2010 decorrentes dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro relativos a pensões e assistência médica. O Banco não reconheceu quaisquer custos relativos a estas correcções, dado ser entendimento do Conselho de Administração e dos seus consultores fiscais que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que apresentou reclamação formal quanto às referidas correcções. A reclamação relativa à liquidação adicional ao exercício de 2010 foi já indeferida pelas Autoridades Fiscais. Em 31 de Dezembro de 2011, o impacto total da contingência não provisionada associada a estas correcções ascende a mCve. 1.077.451, tal como explicado em maior detalhe na Nota 13, incluindo um montante de mCve. 609.814 já pago pelo Banco e registado em "Activos por impostos correntes". Face ao exposto, não nos é possível concluir quantos aos impactos da resolução desta situação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto, quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 e 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 9 de Abril de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

Presidente **Dr. A. Joaquim de Sousa** – (Em representação da CGD)

Administrador **Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda**

Administrador **Dr. Paulo António Arsénio Lopes**

Administrador **Dr. João Manuel Tubal Gonçalves**

Administrador **Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes**